



**UFBA – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
EA – ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
PDGS – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL**

**ANDRÉA MARQUES SANTOS**

**DESAFIOS NO FORTALECIMENTO DO PROCESSO DA AUTO-  
ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA  
SOLIDÁRIA  
O Caso da Comunidade Quilombola da Tapera Melão**

Salvador - BA  
2014

**ANDRÉA MARQUES SANTOS**

**DESAFIOS NO FORTALECIMENTO DO PROCESSO DA AUTO-  
ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA  
SOLIDÁRIA**

**O Caso da Comunidade Quilombola da Tapera Melão**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Multidisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social do Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social.

Orientador(a): Prof. Dr Genauto Carvalho de França Filho. (Doutor em Sociologia pela Universidade de Paris XI)

Salvador - BA  
2014

Escola de Administração - UFBA

S237 Santos, Andréa Marques.

Desafios no fortalecimento do processo da auto-organização comunitária na perspectiva da economia solidária: o caso da comunidade Quilombola da Tapera Melão / Andréa Marques Santos. – 2014. 94 f.

Orientador: Prof. Dr. Genauto Carvalho de França Filho.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2014.

1. Quilombola da Tapera Melão – Irará (BA). 2. Economia solidária. 3. Comunidades sociais. 4. Comunidade – Organização para o Desenvolvimento. 5. Quilombos – Irará (BA). I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Título.

CDD – 307.1



**ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE ANDREA MARQUES SANTOS DO CURSO DE MESTRADO INTERDISCIPLINAR E PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.**

Aos 30 dias do mês de maio de dois mil e catorze a Comissão Julgadora, eleita pelo Colegiado deste Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia, composta pelo **Prof. Dr. Genauto França Filho** (PDGS/UFBA), orientador da aluna, pelos membros titulares **Profa. Dra. Ariádne Scalfoni Rigo** (UFBA) e o **Prof. Dr. Gildásio Santana Junior** (UESB) se reuniu para julgar o trabalho de dissertação intitulado: **“DESAFIOS NO FORTALECIMENTO DO PROCESSO DA AUTO-ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA”** de autoria de **Andréa Marques Santos**. Após a apresentação da dissertação o mestrando foi submetido à arguição pela comissão julgadora e ao debate. Em seguida, a comissão julgadora reuniu-se para analisar e avaliar o referido trabalho, chegando à conclusão que este merece ser Aprovado..... Nada mais havendo a ser tratado, esta Comissão Julgadora encerrou a reunião da qual lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada por mim, orientadora, pelos demais membros da comissão e pela mestranda.

**Salvador, 30 de maio de 2014.**

*Genauto*

**Prof. Dr. Genauto França Filho**  
(PDGS/UFBA - Orientador)

*Ariádne*  
**Profa. Dra. Ariádne Scalfoni Rigo**  
(UFBA)

*AMSantos*  
**Sra. Andrea Marques Santos**  
(Mestrando)

*Gildásio*  
**Prof. Dr. Gildásio Santana Junior**  
(UESB)

À minha família pelo apoio na minha educação, em especial à minha mãe pelo amor dedicado a mim e aos meus irmãos, e a todas as pessoas que, como eu, acreditam num mundo melhor.

## AGRADECIMENTOS

A epígrafe que utilizo neste trabalho é a expressão do que sinto neste momento tão importante: “Metade de mim é feita de sonhos e a outra metade é de lutas” (MAIAKOSVS-KI). Sonhos e lutas que não são só meus e também por isso, agradeço. Agradeço em primeiro lugar à minha família maravilhosa por nunca ter me deixado desanimar frente aos desafios. A minha mãe pelo exemplo de integridade, amor e carinho e por ter me ensinado que as dificuldades devem ser vencidas com tranqüilidade e sabedoria.

Agradeço aos meus irmãos e irmãs, Lúcia, Fabiana, Marcony, Maria Helena, Gierlane e Luis Henrique, que como eu, sonham com um mundo melhor e ajudam a construí-lo, cada um ao seu modo. Amo vocês.

Agradeço ao meu pai Gilberto por ter me ensinado, dentre outras coisas, a agarrar-me na Arte, sobretudo na música, quando os dias estiverem tristes ou quando a vida pesar mais do que deve.

Agradeço aos meus sobrinhos Lázaro Levy, Gabriel, Elene, Luis Miguel, Betinho e Catarina, sinto uma “felicidade menina” todas as vezes que penso em cada um de vocês.

Agradeço imensamente a todo o povo da Comunidade Quilombola da Tapera Melão pela generosidade, pela paciência e por permitir que realizasse esta investigação, sempre de maneira tranqüila e acolhedora.

Agradeço aos meus queridos professores por terem plantado em mim o apreço pelo conhecimento e a disciplina para perseguí-lo. Às minhas colegas também professoras da Escola Municipal São Judas Tadeu e a todos das Redes Municipais de ensino de Irará e de Água Fria, agradeço pelo testemunho diário de que a verdadeira educação se constrói de pé e com lutas. Agradeço a todos que integram a Escola Família Agrícola dos Municípios Integrados da Região de Irará pela confiança no meu trabalho.

Não posso deixar de registrar aqui o meu agradecimento a todos os colegas ( meus novos amigos ) da turma 04 do Mestrado em Desenvolvimento e Gestão Social da UFBA, aqueles que viveram comigo momentos de angústia, agonia, mas também de muito prazer diante da construção que fazíamos juntos no mundo do conhecimento.

Agradeço ao Instituto Banco Palmas, de Fortaleza por ter me acolhido durante o período da Residência Social e por ter permitido que realizasse esta etapa do Mestrado nesta magnífica instituição.

Agradeço também às irmãs Janeide Bispo e Jucélia Bispo por terem iniciado no município de Iará a prática da pesquisa científica sobre a nossa realidade e nos terem ofertado dois excelentes estudos sobre as comunidades quilombolas de Iará. Meu sincero, muito obrigada!

Ao meu orientador, Genauto Carvalho de França Filho, agradeço a paciência, a atenção que sempre dispensou a mim e a confiança na minha capacidade.

“Que os meus ideais sejam tanto mais fortes quanto maiores forem os desafios, mesmo que precise transpor obstáculos aparentemente intransponíveis. Porque metade de mim é feita de sonhos e a outra metade é de lutas “(Maiakovski)

SANTOS, M. A. **Desafios no fortalecimento do processo da auto-organização comunitária na perspectiva da economia solidária - O caso da comunidade quilombola da Tapera Melão** (Dissertação) Mestrado Multidisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia. 99 f. Salvador, BA, 2014.

## RESUMO

Este trabalho apresenta resultados de uma pesquisa que teve como objetivo identificar os desafios enfrentados pelos quilombolas da comunidade da Tapera Melão, em Irará-BA no processo de fortalecimento de sua auto-organização comunitária. A pesquisa foi desenvolvida em 2013 e 2014 e envolveu moradores da comunidade. Inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de conhecer a história do município de Irará e da comunidade Tapera Melão, para a partir daí procedermos uma investigação *in loco* sobre os aspectos físico, econômico, cultural e social desta comunidade. Essa investigação ocorreu através de observações diretas, realização de entrevista semiestruturada e registro fotográfico. Este material serviu como suporte para a reflexão sobre elementos/ aspectos da comunidade fundamentais para a trajetória da mesma. Como resultados da investigação destacamos a atuação do grupo de Economia Solidária Beijuzeiras da Tapera que demonstra um crescente processo de auto-organização comunitária e uma sociabilidade que converge para a construção de Redes de Economia Solidária. São apresentados também alguns dos desafios que a comunidade enfrenta para o seu processo de fortalecimento, como o acesso às incubadoras universitárias, o desafio da articulação para a construção de Rede local de E.S e por fim, a necessidade de maior articulação com organizações sociais e de fomento.

Palavras Chave - Auto-Organização – Quilombos – Quilombolas – Economia Solidária

SANTOS, M. A. **Challenges in strengthening the process of community self-organization perspective the solidarity economy - The case of the quilombola community Tapera Melão** (Dissertation) Multidisciplinary Master and Professional in Development and Social Management of the Federal University of Bahia. 99 f. Salvador, BA, 2014.

## **ABSTRACT**

This paper presents results of a survey that aimed to identify the challenges faced by the Maroons Tapera Melão community in Irará - BA in the process of strengthening its community self-organization . The research was conducted in 2013 and 2014 and involved community residents Tapera Melão . Initially a search in order to know the history of the municipality of Irará and the community of Tapera Melão, from there an investigation about the physical, economic, cultural and social aspects of the community was held. This research occurred through direct observation, conducting semi-structured interviews and photographic record. This material served as support for reflection on elements / fundamental aspects for the community's history. As a result of the investigation, we can highlight the actions of the group of Economia Solidária Beijuzeira da Tapera (Solidarity Economy Beijuzeiras of Tapera), that is demonstrating an increasing process of self-organization within the community and sociability, which converges to one possible construction of the Solidarity Economy Network. It is also presented few of the challenges that the community is presenting for its process of strengthening, as access to university incubators, the challenge of integration for building local networks of E.S and finally, the need for greater coordination with social organizations and funding.

Keywords: self organization – Quilombos – Quilombolas - solidarity economy

## **LISTA DE FIGURAS**

**Figura 01 – Mapa conceitual da pesquisa**

**Figura 02 – Mapa Território de Identidade Portal do Sertão**

**Figura 03 – Fotografia Feira Livre de Irará**

**Figura 04 – Fotografia Feira de Artesanato**

**Figura 05 – Fotografia da Entrada da Comunidade da Tapera Melão**

**Figura 06 - Fotografia da Escola Zezé Martins**

**Figura 07 - Fotografia dos Jovens Jogando Futebol no campo improvisado**

**Figura 08 – Fotografia As Pastorinhas se apresentando**

**Figura 09 - Fotografia da Senhora Julieta**

**Figura 10 - Fotografia do Senhor Lídio**

**Figura 11 – Fotografia da Capela de Nossa Senhora da Conceição**

**Figura 12 – Fases do processo para titulação das Terras Quilombolas**

**Figura 13 – Fotografia do Presidente da Associação**

**Figura 14 – Fotografia da Sede da Associação**

**Figura 15 – Mapa com distribuição das Certificações da Fundação Cultural Palmares**

**Figura 16 – Fotografias das Beijuzeiras da Tapera na Feira**

**Figura 17 – Fotografia de Plantação de Mandioca na Tapera Melão**

## **LISTA DE QUADROS**

**Quadro 01 – Quilombolas em números**

**Quadro 02 – Quilombolas e o PPA 2012-2015**

**Quadro 03 – Perfil e ano de criação das principais entidades e redes de economia solidária**

## **LISTA DE TABELAS**

**Tabela 01 – Perfil da Economia Solidária no Brasil**

**Tabela 2 – Situação do EES Base 2005 – 2007**

**Tabela 3 – Tipo de Organização**

**Tabela 4 - Quantidade de sócios e distribuição segundo o sexo.**

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACC	Atividade Curricular em Comunidade
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
DL	Desenvolvimento Local
EAF	Entidade de Apoio e Fomento
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ES	Economia Solidária
FCP	Fundação Cultural Palmares
FINEP	Financiadora de Estudos e Pesquisas
FNB	Frente Negra Brasileira
GBA	Grande Buenos Aires
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativa Popular
ITES	Incubadora Tecnológica de Economia Solidária
MINC	Ministério da Cultura
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OEP	Organizações Econômicas Populares
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAT	Programa Água Para Todos
PBF	Programa Bolsa Família
PBQ	Programa Brasil Quilombola
PBSM	Plano Brasil Sem Miséria
PLT	Programa Luz Para Todos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNBL	Programa Nacional de Banda Larga
PRONINC	Programa Nacional de Incubadores de Cooperativas Populares
SEDIR	Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SEPPIR	Secretaria Especial de Promoção da Igualdade
SIES	Sistema de Informação em Economia Solidária

## SUMÁRIO

1- Introdução -----	p. 15
<b>Capítulo 01- Contexto comunitário e realidade local : o caso da Comunidade Quilombola da Tapera Melão</b>	
1.1 Uma cidade e sua História-----	p. 20
1.2 Conhecendo a comunidade : primeiras observações-----	p. 25
1.3 A comunidade no seu cotidiano -----	p. 28
1.4 Genealogia da comunidade e características socioculturais -----	p.32
1.5 A auto-organização comunitária – Uma História em construção -----	p. 38
1.6 Características atuais do processo de auto-organização comunitária -----	p. 41
<b>Capítulo 02 – A questão quilombola</b>	
2.1 – A Especificidade das Comunidades Quilombolas e a emergência do seu desenvolvimento -----	p. 49
2.1.1 – Os Quilombos – Revistando um conceito -----	p. 50
2.1.2 – O Estado Brasileiro e a questão quilombola – Um balanço da temática na agenda pública brasileira -----	p. 54
<b>Capítulo 03 – A Economia Solidária</b>	
3.1 – Retrato da Economia Solidária . no Brasil -----	p.58
3.2 – Retrato da Economia Solidaria na América Latina -----	p. 65
<b>Considerações Finais -Reflexões acerca do processo de auto-organização da Comunidade Tapera Melão-----</b>	<b>p. 74</b>
a) As Bejuzeiras da Tapera – Primeira experiência com Economia Solidária -----	p. 77
b) O desafio do acesso ao aprendizado promovido pelas incubadoras universitárias -----	p. 80
c) O desafio da articulação para a construção de Rede local de Economia Solidária -----	p. 84
d) O desafio de uma articulação maior com organizações sociais e de fomento à Economia Solidária. -----	p. 85
Referências -----	p. 91
Anexo A -----	p. 96
Anexo B -----	p. 97

## INTRODUÇÃO

A auto-organização comunitária é um processo em que integrantes de uma dada comunidade associam-se em grupos na busca da transformação de qualidade de vida num território. Os moradores, em tese, assumem o protagonismo das ações e são consideradas as dimensões culturais, sociais, econômicas, institucionais e políticas deste território.

Uma das formas de auto-organização, as associações comunitárias rurais são organizações formais criadas com o objetivo de integrar ações dos associados – na maioria das vezes, agricultores – visando a melhoria do processo produtivo, mas também a construção de espaços de debates, tomada de decisões e gestão do desenvolvimento da própria comunidade. Nesta compreensão de desenvolvimento o aspecto econômico não ocupa a centralidade tal como aconteceu nos debates até o final dos anos 80, quando aspectos sociais, tais como educação, saúde, saneamento, cultura, dentre outros, eram esquecidos ou subdimensionados.

Com uma compreensão de desenvolvimento profundamente assentada no território, as associações comunitárias vão se constituindo como uma força social organizada e como espaço de gestão político-administrativa (GONH, 2003), aonde os moradores, seguindo o princípio da autogestão são formuladores de inovações e de novas estratégias para responder aos problemas que o território apresenta.

Para Milton Santos, para que tenhamos o tão sonhado desenvolvimento, é preciso mudanças no próprio processo produtivo, “o que vale dizer, nas relações do homem com a natureza e dos homens entre si” (2004, p. 68). É preciso um novo ethos. E Santos não é o único que contesta o ideário de que crescimento e desenvolvimento são sinônimos. Para Dowbor (1998)

“A simples reprodução do capital, ou reprodução econômica, já não é suficientemente abrangente para refletir os problemas que vivemos [...] em sucessivos relatórios sobre desenvolvimento humano das Nações Unidas, o objetivo central do desenvolvimento é o homem, enquanto a economia é apenas um meio.

Santos (2004) também aponta para a necessidade de mudar os nossos modelos de crescimento:

Se trataria de uma “ótica econômica estreita”, sacrificar o futuro em favor do presente, porque o crescimento apenas pelo crescimento não é desejável. O crescimento deve ser subordinado aos dados sociais [...] Para isto, impõe-se uma reorganização radical dos objetivos da produção e, paralelamente, do consumo.

Foi orientada por esta concepção de desenvolvimento que realizei entre os anos de 2013 e 2014, a pesquisa “Desafios no fortalecimento do processo da auto-organização comunitária na perspectiva da Economia Solidária - O caso da comunidade quilombola da Tapera Melão”, que tem como finalidade analisar os desafios para o fortalecimento do processo de auto-organização comunitária da Comunidade Quilombola da Tapera Melão. As principais questões que orientam este trabalho são:

- Quais os principais desafios para o fortalecimento da auto-organização comunitária da Comunidade Quilombola da Tapera Melão na perspectiva da Economia Solidária?
- Como se construiu a história de auto-organização comunitária na comunidade quilombola da Tapera Melão e quais são os principais desdobramentos?
- Quais estratégias devem ser utilizadas para o fortalecimento da auto-organização comunitária da Comunidade Quilombola da Tapera Melão?

Para a realização deste trabalho foi necessário seguir um caminho que equilibrasse o rigor científico e a proximidade com o objeto, em face da nossa posição como colaborador-voluntário da comunidade, com a tarefa de estudar os desafios impostos no processo de construção do desenvolvimento da mesma, seguindo os princípios da Economia Solidária.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos e coleta de dados, a pesquisa deu-se a partir da realização de três etapas. Não foi seguida necessariamente a rigor, uma ordem cronológica para a aplicação dos instrumentos de coleta de dados visto que ao surgirem determinadas questões, (como, quais as instituições influenciaram o processo de auto-organização da Tapera e como ocorreu esta ação ), necessitou-se retornar à etapa anterior na busca de dados e aprofundamento teórico para a continuidade do trabalho. Nesse sentido, foram realizados os seguintes procedimentos: a) Pesquisa bibliográfica; b) Pesquisa e análise documental e c) Entrevistas.

A pesquisa bibliográfica foi realizada durante todo o transcorrer da investigação. Já a pesquisa documental ocorreu durante os meses de maio de 2013 e agosto do mesmo ano. Os documentos coletados e analisados foram as Atas da Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Quilombola da Tapera Melão, bem como seu Estatuto Social, correspondências expedidas e recebidas e relatórios.

Ainda sobre a Pesquisa Bibliográfica, foram consultados textos de Singer (2003), França Filho (1999; 2007; 2008; 2009), Cruz (2007) para uma discussão sobre o campo de Economia Solidária, seus aspectos teóricos e metodológicos e a constituição das Redes de

Economia Solidária. No que se refere ao debate sobre as especificidades das Comunidades Remanescentes de Quilombo, as formulações de Almeida (2000; 2009) se constituíram como a base para este trabalho.

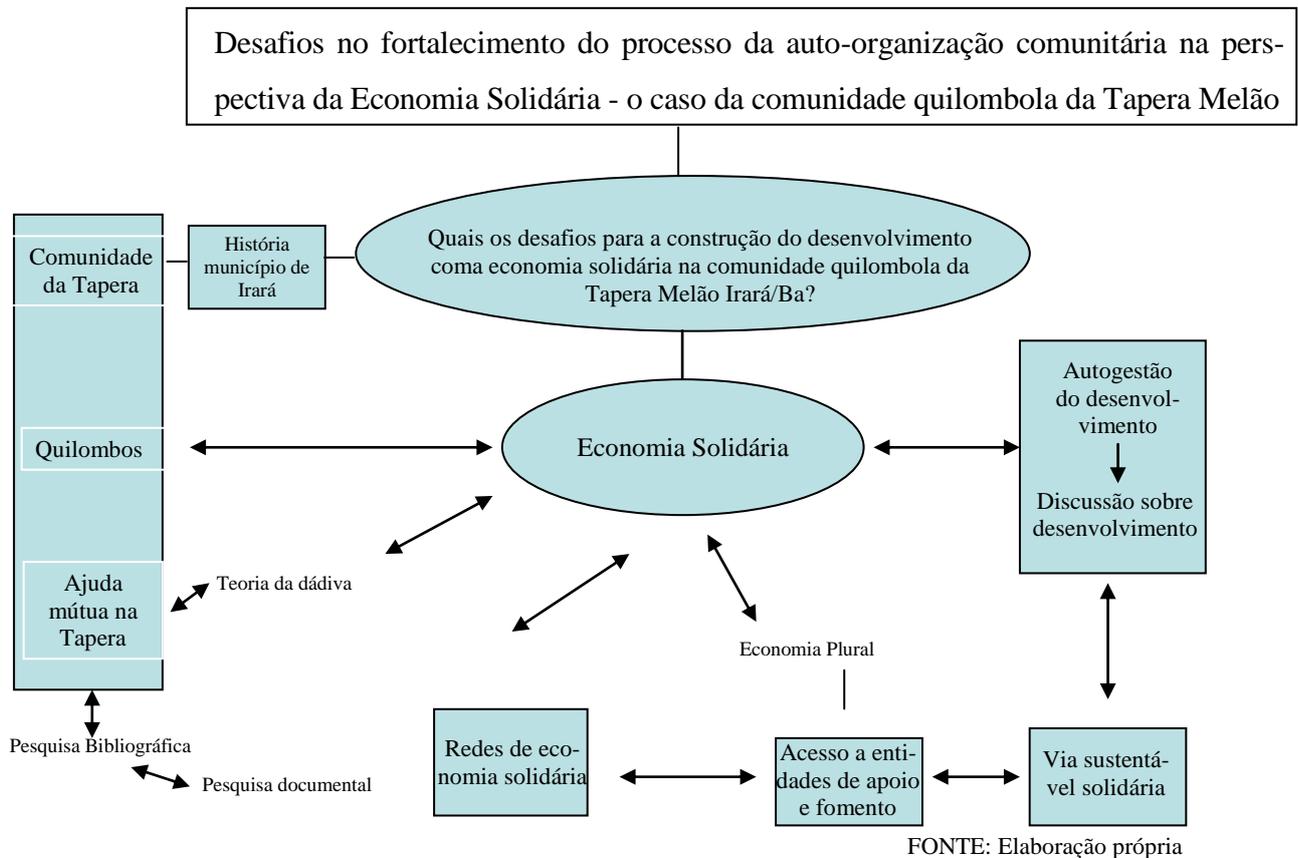
A pesquisa documental realizada basicamente a partir dos documentos da Associação local teve como objetivo compreender como esta organização fundamental para o cotidiano da comunidade tem lidado com os temas como abastecimento de água, geração de trabalho e renda, educação e cultura, que estão entre as principais preocupações dos seus moradores e como ela se estrutura para representar a comunidade.

Já durante este processo ficaram evidentes alguns aspectos da vida da comunidade que apontam para um processo de auto-organização que vem sendo construído pelos quilombolas da Tapera e que demonstram uma forte vocação para práticas autogestionárias, alicerçadas em elementos como a solidariedade e a valorização da vida em comunidade. Trata-se de uma Comunidade composta por 708 moradores que estimulada por um processo de formação em associativismo, no ano 2.000, promovido pela Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrário vem desenvolvendo um trabalho de auto-organização com vistas a promover o desenvolvimento da comunidade. Para tanto, busca estabelecer parcerias com a Prefeitura Municipal de Irará, Secretarias de Governo e organizações da sociedade civil e através da elaboração de projetos para a superação de problemas que vão desde à melhoria no estabelecimento de água à promoção de iniciativas como a criação de um curso Pré ENEM/Vestibular como forma de propiciar aos jovens da comunidade a ampliação dos espaços de educação.

Neste processo de organização, destaca-se a formação do grupo de Economia Solidária Beijuzeiras da Tapera que como veremos, vem se configurando como uma alternativa para a geração de trabalho e renda para as mulheres da comunidade e inaugura no município de Irará um debate acerca da necessidade de uma outra economia.

Concomitante à pesquisa bibliográfica e a documental foram realizadas entrevistas com o Presidente da Associação dos Produtores Rurais, com o primeiro presidente da organização, 20 moradores da comunidade, lideranças comunitárias e religiosas. As entrevistas partiram da elaboração de um roteiro semiestruturado, estabelecido em razão dos objetivos da pesquisa. O caminho percorrido para a realização do trabalho bem como os principais conceitos e procedimentos são explicitados pela Figura 01.

**FIGURA 01- Mapa Conceitual da pesquisa**



A presente dissertação está dividida em 4 partes. Na primeira parte são apresentados, de forma contextualizada o município de Irará e a comunidade da Tapera Melão, evidenciando a história deste território, passando pelo processo de povoamento, aspectos da sua economia e cultura e adentrando no contexto da comunidade da Tapera Melão, buscando descrever sua “genealogia”. Neste momento são analisadas a história de auto-organização dos quilombolas da Tapera e o estágio atual desta auto-organização.

Na segunda parte, intitulado “A questão quilombola” são destacadas as características das comunidades quilombolas, é realizada uma revisão histórica do tema e como este emerge na agenda pública brasileira para se tornar alvo de projetos de desenvolvimento. Na terceira, a perspectiva da Economia Solidária é discutida a partir da análise do Sistema de Informação de Economia Solidária- SIES, base de dados 2005-2007, base de dados 2010-2012 e das concepções de pesquisadores da América Latina o que leva a um panorama do movimento da E.S no Brasil e na América Latina. Cumpre-nos reforçar que a discussão sobre E.S neste trabalho não se dá de forma gratuita pois há uma forte conexão entre a sociabilidade dos quilombolas da Tapera Melão, o processo de auto-organização vivido e as práticas de Economia Solidária,

aspectos estes percebidos durante a pesquisa . Finalizo o trabalho, fazendo uma análise dos principais desafios que a comunidade enfrenta no seu processo de auto-organização e apresentando algumas recomendações e proposições para, ao nosso ver, avançarmos no seu fortalecimento .

## CAPÍTULO 01

### CONTEXTO COMUNITÁRIO E REALIDADE LOCAL : O CASO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DA TAPERA MELÃO

#### 1.1 Uma cidade e sua História

O lócus deste trabalho é a comunidade remanescente de quilombo Tapera Melão<sup>1</sup> localizada no município de Irará – BA. O nome Irará é de origem Tupi e designa uma espécie de formiga de asas brancas semelhantes aos cupins: é uma alteração da palavra “arará”, que por sua vez significa nascido da luz do dia, pois estas formigas surgem ao alvorecer do dia<sup>2</sup>.

Antes de passar a ser chamada de Irará a localidade era conhecida como Purificação dos Campos e assim prosseguiu com esta denominação até o final do século XIX, quando foi criado o município, a 08 de agosto de 1895.

Sua colonização tem início na segunda metade do século XVII, com as entradas de Antônio Guedes Brito. Anteriormente à entrada desse sertanista, temos a vinda dos jesuítas para essa região, os quais chegaram com a missão de catequizar os indígenas<sup>3</sup>. Dessa iniciativa surgiu o aldeamento da Purificação que nos dias atuais podem ser visualizados por meio dos sítios arqueológicos que estão presentes na comunidade de Brotas, Bento Simões, Vila da Caroba etc, todas localizadas no município.

Só no século XVIII, com o avanço da pecuária e a consequente instalação de currais de gado em torno do Sertão Baiano é que a colonização das terras do atual município de Irará consolidou-se. Vale informar que estes currais pertenceram inicialmente a proprietários de nome Antônio Homem de Afonseca e Diogo Alves Campos.

Com o passar dos anos, a região de Irará foi conquistando espaço político no projeto de colonização. Como prova desse sucesso ocorreu a criação da Vila da Purificação em 1842, com a mudança da Vila de São João Batista de Água Fria (atual município de Água Fria)

---

<sup>1</sup> A comunidade da Tapera Melão foi certificada como remanescente de quilombo no dia 09 de dezembro de 2010, atendendo ao que preconiza o Decreto nº 4. 887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de quilombos.

<sup>2</sup> NOGUEIRA, Aristeu. Histórico do Município de Irará. Prefeitura Municipal de Irará.

<sup>3</sup> SANTOS, Jucélia Bispo dos. Etnicidade e Memória entre Quilombolas em Irará-BA.

Implantada a Vila, ocorreu a ereção do Pelourinho, na hoje denominada Praça Pedro Nogueira. Este era um poste de madeira com argolas de ferro em que os condenados pela justiça eram amarrados e chicoteados. Naquele espaço, também eram afixados os editais, anúncios e outras comunicados de interesse público.

Em 08 de agosto de 1895, a Vila da Purificação dos Campos foi elevada à condição de cidade com a denominação de Irará. Neste período, o município era governado por intendentess, sendo que Pedro Nogueira Portela foi o primeiro a assumir este posto. Posteriormente, surgiu a administração dos interventores. Somente em 1948 a cidade passou a ser administrada por prefeitos, tendo Elísio dos Reis Santana como o primeiro representante.

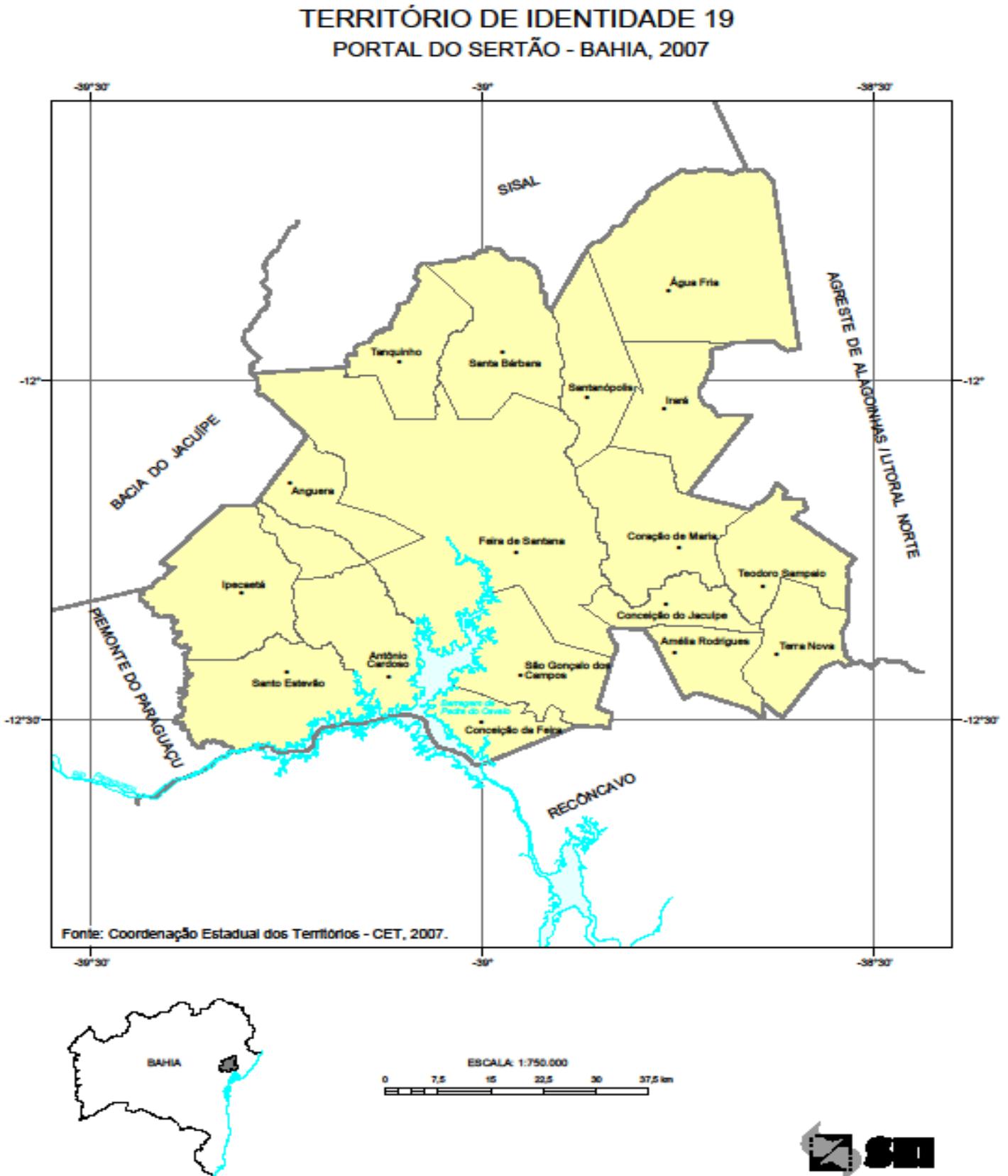
Atualmente, Irará possui aproximadamente 27.466 habitantes e apresenta uma área de 277,791km<sup>2</sup><sup>4</sup> distando sua sede de 137km de Salvador, capital do estado. Como vias de acesso destacam-se as rodovias de ligação à capital do estado, a BA-084, via Coração de Maria, a Feira de Santana, via Santanópolis, a BA-504.

De acordo com a divisão territorial adotada pelo governo do Estado da Bahia desde 2003, o município de Irará faz parte do Território de Identidade Portal do Sertão, juntamente com outros 16 municípios, a saber: Água Fria, Santanópolis, Santa Bárbara, Anguera, Ipecaetá, Santo Estevão, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, São Gonçalo dos Campos, Conceição do Jacuípe, Amélia Rodrigues, Terra Nova e Teodoro Sampaio.

---

<sup>4</sup> IBGE, 2010

FIGURA 02 – Mapa – Território de Identidade Portal do Sertão



Apresenta-se neste município uma rede hidrográfica modesta, sem rios perenes, sendo divisor de águas de dois importantes rios: O Rio Seco e o Rio Paramirim.

Irará está centrado numa zona de transição entre o Recôncavo e os tabuleiros semiáridos do Nordeste <sup>5</sup>. Essa região apresenta um clima seco, solos rasos e pedregosos. A vegetação é constituída de espécies que se misturam: floresta tropical, na região leste e caatinga (cactos, pequenas árvores e arbustos), na região oeste. Segundo dados do IBGE, o município de Irará está situado no Polígono das Secas<sup>6</sup>. A região é também identificada como uma área de transição, uma espécie de “porta para o Sertão”. O município está dividido em zona rural e zona urbana e é composto pelo distrito – sede de Irará, Vila de Bento Simões, Vila da Caroba, e por povoados e fazendas que formam sua zona rural. Hoje, na zona rural vivem 16.220 pessoas, 59,05% da população.

Com relação à economia do município, o setor mais pujante é o comércio, onde são encontrados supermercados, lojas de roupas e calçados, postos de gasolina, salões de beleza, bares, entre outros. Já o setor industrial não é tão expressivo. Irará possui apenas pequenas indústrias de farinha, algumas madeireiras, granjas com abatedouros e outros.

Aos sábados é realizada a feira livre na Praça da Purificação dos Campos, onde são erguidas barracas de madeira que formam bancas de hortifrutigranjeiros, roupas, utilidades domésticas e artesanatos como: objetos de cerâmica, esteiras, cestos, chapéus de palha, chicotes, móveis, artefatos de couro para montaria, dentre outros. A rotina da cidade muda por completo, as ruas são ocupadas por pessoas do próprio município e de outros que vêm na feira livre de Irará excelente espaço para compra e venda de produtos e também para lazer, trocas culturais.

---

<sup>5</sup> A denominação Tabuleiro semiárido do Nordeste é utilizada para designar solos adensados ou compactados registrados em áreas costeiras e sertanejas.(SILVA et al, 2003 )

<sup>6</sup> O Polígono das Secas é um território reconhecido pela legislação como sujeito a períodos críticos de prolongadas estiagens. Compreende os estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Norte de Minas Gerais. Trata-se de uma divisão regional efetuada em termos político-administrativo e não corresponde à zona semiárida, pois apresentam diferentes zonas geográficas com distintos índices de aridez, indo desde áreas com características estritamente seca, com paisagem típica do semideserto a áreas com balanço hídrico positivo. (MINTER. **Plano Integrado para o combate preventivo aos efeitos da seca no Nordeste**. Série Desenvolvimento Regional. Nº 1, Brasília, 1973.

**FIGURA 03 – Fotografia da Feira Livre de Irará**

Fonte Andréa Marques



**Figura 4 – Fotografia Feira de Artesanato**

Fonte Andréa Marques



O campo é formado por minifúndios e fazendas. Na zona rural destacam-se as propriedades de pequeno porte, onde se desenvolve a agricultura de subsistência. Destacam-se também a avicultura, a apicultura e a pecuária, com a criação de bovinos para a venda no mercado local. A agricultura é produzida em pequenas e médias propriedades com utilização de mão de obra familiar, técnicas tradicionais e rudimentares e se destina à pequenas vendas e subsistência da família.

A mão-de-obra doméstica aplicada na agricultura se organiza em torno da e para a família, por uma lógica que reúne saberes e valores que asseguram a reprodução da unidade familiar.

Os principais produtos agrícolas produzidos em Irará são: mandioca, milho, feijão e fumo. Vale salientar que Irará já foi um grande produtor de fumo, especialmente, no século XIX e quase todo o século XX.

A mandioca é o principal vetor da economia rural do município sendo registrado em todo o município a produção não só da farinha como de produtos como beijus, bolos, a tapioca, bolachinhas, dentre outros.

## **1.2 Conhecendo a comunidade : primeiras observações**

Conforme detalha Santos (2008) em seu importante estudo intitulado “A territorialidade dos Quilombos de Irará-BA: Olaria, Tapera e Crioulo”, realizado no ano de 2008, a Comunidade da Tapera é composta por 708 moradores, distribuídos em 157 casas. Sua população está agrupada em 195 hectares de terras sendo que cada família utiliza, em média, 7,7 hectares e uma densidade demográfica de aproximadamente 0,5 habitantes por hectare de terra.

Com relação à história dessa comunidade o referido estudo esclarece que “a comunidade da Tapera se inscreve no contexto da formação territorial do município de Irará e do território brasileiro” (SANTOS, 2008, p.151). Assim, a autora esclarece que:

Até o século XIII, as terras do povoado da Tapera estavam anexadas às terras da Igreja Católica, em especial das missões jesuíticas. Com a expulsão dos religiosos, parte destas terras foi anexada aos grandes latifundiários. No início do século XIX, as terras na qual o povoado da Tapera foi erguido, foram ocupadas por um português de nome João Costa Melão. Toda a área foi destinada ao cultivo da cana-de-açúcar e de fumo.

De acordo com os relatos dos moradores e documentos históricos analisados, Costa Melão possuía alguns escravos e, em meio às plantações construiu uma casa para morar e uma

senzala para abrigar os escravos . Segundo estas mesmas fontes, as terras e os escravos desta fazenda foram herdados por José Martins de Lima, pois Costa Melão nunca teve filhos, não tendo deixado nenhum herdeiro direto. Sendo afilhado de Costa Melão, José Martins de Lima ficou como herdeiro oficial. Segundo depoimento da senhora Maria Leocádia de Jesus extraído do estudo de Santos (2008)

Zeze Martins não nasceu aqui na Tapera, os pais dele morava pelas bandas do Irará. Ele foi criado pelo dono da Fazenda Melão, Costa Melão não teve fio e pegou Zezé, que era afilhado dele, já com uns oito anos, para criar. Logo botou Zezé pra estudar pra ser padre lá na Bahia. Ele sempre vinha visitar o padrinho, o velho Melão. Quando já estava no último ano do estudo, perto de se ordenar, João Melão marcou de celebrar uma missa na fazenda. Quando Zezé vinha no animá pra cá, passou por uma moça, que vinha andando pra missa e o coração dele se encantou pela moça. Ele celebrou a missa só com os zóio nela. No outro dia viajou mais não conseguia esquecer a dita moça. Um mês depois, ele abandonou a batina e pediu a moça em casamento. Casou e ficou sendo agregado da fazenda, sabe (...) e os veio morreram cedo, não duraram muito tempo não. Zezé Martins teve três fio: Abílio – o pai de Tiago, Cesário – o pai de Ogeno e uma Pedra que foi embora daqui. Sim, o mais importante, quando o Melão morreu, ele abriu a porteira da senzala e deu terra pra todos os escravos. Sempre que chegava alguém e pedia terra ele dava. É por isso os fio não é rico. Mas graças a Deus (risos) se não fosse assim eu não tinha meu pedaço de terra pra tá morando até hoje.

O depoimento da senhora Maria Leocárida nos mostra que motivado por uma paixão, Zezé Martins, como foi conhecido José de Souza Martins, abandonou o seminário para casar-se com a escrava de João Melão de nome Romana Petronilha de Jesus, enlace este que ocorreu no dia 25 de abril de 1858, conforme livro de casamento da paróquia Nossa Senhora da Purificação dos Campos. Evidentemente, que este fato provocou conflito entre ele e seu pai de criação, visto que tal atitude para os padrões da época era considerada inaceitável e condenada pela sociedade, já que em pleno regime escravagista um homem livre casa-se com uma escrava. Mas há um outro elemento também muito presente como valor nesta época que era a forma como a morte era vista no século XIX. A morte neste período era considerada uma das grandes preocupações entre as pessoas, segundo Santos (2008), esta “poderia representar o momento da ordenação econômica, quando todas as dívidas deveriam ser liquidadas, ou o momento da reparação moral, em que era necessário fazer justiça aos que ficavam, pois, assim estariam redimidos para enfrentar a justiça divina.”

Desta forma, acredita-se que a doação das terras do senhor Costa Melão tenha ocorrido nestas circunstâncias, visto que segundo contam os descendentes diretos de Zezé Martins, este havia sido excomungado pelo padrinho em virtude do casamento com a escrava Romana Petronilha.

Com a morte de João Melão, Zezé abriu a senzala, que deixou de ser moradia dos negros, alforriou todos os escravos da fazenda e doou parte das terras para eles. É nesse contexto que surge o nome da comunidade, pois “Tapera” significa casa abandonada em ruínas. Após a demolição da casa dos Costa Melão a comunidade ficou conhecida como Tapera Melão .

**FIGURA 05 - Fotografia da entrada da comunidade da Tapera Melão**

Fonte: Andréa Marques



**FIGURA 06 - Fotografia da Escola Zezé Martins**

Fonte: Andrea Marques

É importante registrar, que quase todas as doações foram registradas em cartório e por essa razão não existem conflitos por terras e sim divisões dessas pequenas propriedades de acordo com a linha sucessória dentro das próprias famílias.

A comunidade Quilombola da Tapera Melão situa-se no oeste do município de Irará, a cerca de seis quilômetros da sede.

### **1.3 A comunidade no seu cotidiano**

Conforme assinalado anteriormente a comunidade da Tapera Melão é composta por aproximadamente 708 moradores, distribuídos em 157 casas. A população ocupa uma área de aproximadamente 1.500 hectares de terras, distribuídas proporcionalmente, pois não existem grandes proprietários, uma vez que a comunidade foi formada pela fragmentação de uma grande propriedade a partir das doações feitas por Zezé Martins a escravos e ex-escravos. A agricultura camponesa, portanto, se constitui na base de sustentação de moradores.

Embora com a divisão dos lotes, cada família da Tapera seja considerada dona da propriedade e a produção extraída pertença aquela família, a mão-de-obra empregada em muitas

atividades agrícolas continua sendo coletiva conforme aponta Santos (2008). O que é produzido é comercializado na feira livre do município, realizada aos sábados, no Mercado Municipal localizado no centro da cidade, é também vendido aos comerciantes locais e utilizado numa peso sustento familiar.

O trabalho na comunidade não está apenas direcionado para uma perspectiva mercadológica, mas também para a necessidade do auto sustento e do fortalecimento dos laços sociais entre os moradores, o que se manifesta nos intercâmbios de mão-de-obra, chamadas trocas de dias, para plantações de mandioca, milho, feijão, dentre outros. Há uma clara divisão sexual do trabalho, onde cabe as mulheres a realização de trabalhos mais leves como por exemplo o cuidado com os animais.

Na comunidade da Tapera há uma escola de Ensino Fundamental I, que atualmente atende estudantes de 9 a 15 anos, do 3º ano ao 5º ano e estes ao encerrarem esta etapa na comunidade precisam se deslocar para povoados próximos como Caroba e Fazenda Trindade para lá prosseguirem até o Ensino Fundamental II. Após este período, deslocam-se em média 8km para a zona urbana do município de Irará, para estudarem o Ensino Médio. Esta realidade é extremamente questionada pelos moradores e pelos especialistas em educação pública, que desconsidera as especificidades dos povos do campo, sobretudo, quando estes são quilombolas, um grupo culturalmente diferenciado e possuidor de formas próprias de organização social<sup>07</sup>.

Não há opções de lazer e cultura ou esporte oferecidos para os jovens pelo Poder Público, o que de alguma forma, leva-os a construir as suas próprias estratégias como a realização de jogos em campos de futebol improvisados, as reuniões em volta das árvores e dos bares da comunidade e a organização de um grupo de jovens para a preservação da cultura local como é o caso do grupo cultural “As Pastorinhas”.

---

07 O Ministério da Educação recomenda que os Sistemas de Ensino ofereçam ao povo quilombola uma Educação orientada pelas “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola”. (Resolução nº 08, de 20 de Novembro de 2012).

**FIGURA 07 - Fotografia dos Jovens Jogando Futebol no Campo Improvisado**



Trata-se de um grupo formado por 20 jovens da comunidade, todas do sexo feminino que munidas com arcos e cestinhas de flores, cantam e dançam melodias alusivas ao nascimento de Jesus, na noite do Natal. Conforme relato da Pastorinha Josenilda:

A Comunidade Quilombola da Fazenda Tapera Melão, se caracteriza por apresentar uma historia com traço único, estrutura sócio cultural pautada na valorização das tradições hierarquizadas. Esta comunidade enquanto quilombola mostra seu valor numa historia de luta e se solidifica por uma economia regida pela agricultura familiar, onde as mulheres são organizadas para a fabricação do beijú que se revela também nessa esfera cultural. As pastorinhas neste contexto é papel de destaque frente a tradição cultural da referida comunidade. Eu enquanto membro da comunidade e do grupo das pastorinhas viso portanto um fortalecimento e auto afirmação desta tradição delegada dos nossos antepassados aos dias atuais, percebendo que seu processo foi hierarquizado de mães pra filha e se revela como

fortalecedor da tradição local. O grupo das pastorinhas promove uma valorização enquanto manifestação cultural, pois foi repassada de geração em geração, isto fortalece seu caráter identitário que caracteriza a comunidade, identificando este espaço enquanto lugar, promovendo um sentimento de pertencimento numa relação topofólica.

(Depoimento de Josenilda Moreira dos Santos, em 27/07/2013)

#### **FIGURA 08 - Fotografia das Pastorinhas se Apresentando**

Fonte: [www.iraraense.com.br](http://www.iraraense.com.br)



Com relação à infraestrutura da comunidade, semelhante ao que ocorre em outras comunidades quilombolas do Brasil, a Tapera Melão registra graves problemas de abastecimento de água, pois não dispõe de mananciais e só agora está sendo estruturada a rede de abastecimento após longos anos de reivindicação por parte dos moradores. Sobre este assunto trataremos de forma mais específica ao final deste capítulo. Podemos verificar nas atas da associação que este tema desde o ano 2000 é constantemente debatido e fez parte das promessas de um grande número de políticos do município. Só com a ação dos moradores através da associação local foi firmado convênio entre esta e a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, CAR, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional para a construção de cisternas para captação de água de chuva e dessa forma amenizar o problema.

No que se refere à serviços de saúde na comunidade não há nenhum posto de saúde da família e por isso os moradores deslocam-se até a comunidade do Santo Antônio ou até a própria sede do município. Para tanto, fazem uso do transporte escolar ou de carros conhecidos como “carros de linha” que atuam como coletivos dentro da própria zona rural do município e desta para a zona urbana. Há uma completa dependência dos serviços oferecidos na sede de Irará, o que ocasiona uma movimentação constante dos moradores.

#### **1.4 Genealogia da comunidade e características socioculturais**

As inúmeras práticas de solidariedade percebidas nos meios populares configuram o que Santos (2011) chama de “resistência de cultura preexistente” e traz a tona, o que o mesmo Santos denomina de o discurso dos “de baixo”, pondo em relevo o cotidiano das minorias, dos pobres.

Embora os territórios sejam fortemente influenciados por uma cultura de massas que busca homogeneizar e impor-se sobre a cultura popular através do próprio mercado indiferente às heranças e às realidades atuais dos lugares e das sociedades (SANTOS, 2011), esta conquista pode ocorrer de forma eficaz segundo os lugares e as sociedades, porém jamais ela é completa, em virtude da resistência da cultura preexistente.

Exercendo a sua qualidade de discurso dos “de baixo”, a cultura popular põe em relevo a vida cotidiana dos pobres e assume uma forma de expressão “que associa a espontaneidade própria da ingenuidade popular, à busca de um discurso universal” (SANTOS, 2011). Cultura Popular aqui é entendida como um todo integrada, inseparável da vida cotidiana, que revela os modos de vida e saberes de um povo. Diferentemente da forma como é identificada com frequência como algo marginal, associada à inexpressividade, ignorância, ao que não agrega valor, e pro máximo, exótico. Na acepção do mesmo autor, isso se dá pois

Os “de baixo” não dispõem de meios (materiais e outros) para participar plenamente da cultura moderna de massas. Mas sua cultura por ser baseada no território, no trabalho e no cotidiano, ganha a força necessária para deformar, ali mesmo, o impacto da cultura de massas. (SANTOS, 2011)

É o elemento da escassez, portanto, o fio condutor deste movimento que ocorre no interior do território e que permite que formas de expressão - reveladoras da experiência da convivência e da solidariedade entre as pessoas, perdurem ou misturem-se a outros símbolos produzidos pela cultura de massas.

É o que acontece com as manifestações de ajuda mútua percebidas na comunidade quilombola da Tapera Melão. Neste território, é possível observar uma sociabilidade construída ao longo dos anos alicerçada na tradição e na reciprocidade, conceito tão caros na Sociologia de Mauss e definido por Godbout (2004 apud SABOURIN, 2006) como “um fenômeno tão importante que pode-se falar em uma força social elementar”. Tal “força social” pode ser observada por exemplo nos chamados mutirões, que na comunidade recebem o nome de adjutório ou ajudatório”.

Cândido (2009) define mutirão ou adjutório como:

Reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação etc. Geralmente os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa, que encerra o trabalho. Mas não há remuneração direta de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram.

A reflexão de Cândido pode ser evidenciada na fala da moradora da comunidade da Tapera Sr<sup>a</sup>. Julieta dos Santos, de 74 anos, moradora da comunidade há mais de 50 anos, que demonstra a sociabilidade do grupo e os valores por ele ainda cultivados:

#### FIGURA 09 – Fotografia da Sra. Julieta

Fonte Andréa Marques



Era assim: eu trabalhava pra um hoje. Outro dia vinham trabalhar pra mim. A gente fazia “digitório” pra limpar as terra. Toda 5 hora vinha uma cacetada de gente trabalhar pra mim. No outro dia, 5 horas da tarde, que a gente só tinha tempo 5 horas mesmo, ia trabalhar pros outros, aquele mutirão de gente limpava um pedaço de terra todo. Na outra semana vinha de novo.

(Depoimento da Sra. Julieta dos Santos, em 27/07/2013)

Longe de ser um socorro, ou um movimento piedoso, o adjutório consiste muito mais num gesto de amizade, um motivo de folgança e assim como outras manifestações de ajuda mútua na Tapera, está inserido no que Mauss (1924 apud LANNA, 2000) chama de tríplice obrigação de dar, receber e devolver.

Os adjutórios também eram usados na comunidade para atividades de construção de casas, não apenas para a lavoura conforme registra o depoimento do Sr. Eugenio de Jesus, 78 anos.

Teve uma época aí que o pessoal fazia o “digitório” pra fazer os adobo, pra fazer a casa, teve esse digitório aí também, juntava aquela multidão de gente, 4, 5 horas da tarde, comprava cachaça e fazia o adobo pra fazer a casa. Depois ia pra outro. Era um ajudando o outro pra fazer os adobo, porque a casa que hoje faz de tijolo, tudo era de adobo.

(Depoimento do Sr. Eugenio de Jesus, em 27/07/2013)

As chamadas “trocas de dia” em que o camponês trabalha um ou mais dias para o outro em troca de receber igual ajuda em outros dias, ainda é uma prática muito comum na comunidade e “informa um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum” (ALMEIDA, 1986), embora hajam posições divergentes e por vezes, envolvam trocas monetárias.

No passado, essas trocas de dia baseadas em relações não-monetárias consistiam numa importante solução para o problema da mão-de-obra na comunidade da Tapera e tinha uma relação com o aspecto relacional e afetivo da comunidade, pois ligavam os quilombolas uns aos outros e contribuía para a unidade estrutural do grupo. É o que nos mostra o depoimento do morador Lídio Bispo dos Santos, 78 anos.

#### FIGURA 10 – Fotografia do Sr. Lídio



Fonte Andréa Marques

“A gente fazia muito isso aí. Uns trocava hora, outros trocava dia, pra poder limpar a terra, cavar a cova. Era um dando o dia a outro, não tinha negócio de dinheiro. As vezes era por comida, não tendo comida, ia por cachaça.”  
(Depoimento Sr. Lídio Bispo, em 27/07/2013)

Um outro aspecto que ilustra a sociabilidade da comunidade é a vida lúdico-religioso da Tapera, que embora venha se transformando, ainda guarda relações com a realização coletiva e baseada na solidariedade entre os moradores. É o que pode ser visto numa prática muito comum na Tapera que são as rezas caseiras e que há algum tempo foi substituída apenas pela prática de eventos religiosos na Capela de Nossa Senhora da Conceição, situada na própria comunidade. Essas rezas, para além do aspecto religioso, promovem momentos de interação entre o moradores e por vezes, constituem em espécie de assembléia onde são tratados assuntos relativos à própria comunidade, às famílias, ao trabalho na roça, onde são planejados novos eventos e onde os laços são reafirmados.

**FIGURA 11 - Fotografia da Capela Nossa Senhora da Conceição**



Tanto a ida à Capela de Nossa Senhora da Conceição era muito comum para os quilombolas da Tapera, quanto as rezas caseiras, o fato é que hoje estas rezas quase não existem mais. Estas, durante muito tempo, funcionaram como um espaço de coordenação e comunicação entre os moradores. Sobre este tema o depoimento abaixo ilustra a sua importância:

*Ave Maria, eu ia em reza, dia de sábado eu não parava. As rezadeira daqui a maioria já morreu. Cumpadre Ciano, meu cumpadre, era quem era o rezador daqui, morreu há muitos anos e depois cabou as rezadeira, o povo não tá rezando mais nem pra São Cosme, nem nada. Dia de sábado ia rezava nas casa, a gente sambava até tarde. Sábado tinha numa casa, de sábado a oito noutra casa, fazia assim. (Depoimento da moradora Julieta dos Santos, em 25/09/13)*

As manifestações de ajuda mútua aqui apresentadas demonstram a tese defendida por Sabourim (2006), Martins (2002) e outros que mostram que paralelamente às relações de câmbio monetários, encontram-se prestações econômicas não monetárias que correspondem à práticas de reciprocidade camponesa ancestrais ou readaptadas num contexto novo.

Segundo Caille (1998 apud SABOURIN, 2001) o paradigma da reciprocidade ou da dádiva aplica-se “à toda ação ou prestação efetuada sem expectativa imediata ou sem certeza de retorno, como vista a criar, manter ou reproduzir a sociabilidade e comportando, portanto,

uma dimensão de gratuidade”. Quando se trata de desenvolvimento da comunidade, não se pode ignorar a coerência da lógica da reciprocidade, propondo apenas o enfoque nas relações de intercâmbio monetário, baseada na acumulação material e na concorrência para o lucro. Há que se considerar estes elementos estruturantes da sociabilidade dos quilombolas e que de alguma forma alicerçam seus modos de ser/estar no mundo.

Um outro traço muito significativo na genealogia da Comunidade Quilombola da Tapera Melão são as inúmeras relações de compadrio. Entre os moradores mais idosos é possível encontrarmos pessoas com mais de 40 afilhados dentro da comunidade e entre os mais jovens esta é uma prática que vem sendo disseminada haja visto casos de jovens moradores, com menos de 40 e que já tem 10 ou mais afilhados, todos filhos de quilombolas da Tapera.

O batismo nesta comunidade é visto como a garantia de apoio e proteção para as crianças que nascem, que extrapolam as relações familiares. Conforme descrito pelo morador José Hamilton é concebido como uma demonstração de afinidade e de confiança, mas também como uma forma de ampliar os laços e consolidar uma forma de sociabilidade muito própria dos quilombos.

Eu tenho 5 afilhados, filhos de moradores da comunidade. Aqui na comunidade a gente escolhe os padrinhos/madrinhas dos filhos muito por afinidade, por gostar. As vezes é parente, as vezes não é, mas por ter um laço de afinidade, por gostar da pessoa acaba dando para ser padrinho.

( Depoimento de José Hamilton, em 20/11/2013)

O mesmo morador aponta para os compromissos que o padrinho ou a madrinha assumem ao batizar as crianças, compromissos esses que são cumpridos à risca e tratados quase que como uma missão:

Aqui na comunidade quem eu sei que tem mais afilhado é um colega, um amigo chamado Chico, que ele tem mais de 10 afilhados só da comunidade. Também como eu falei, pelo pessoal gostar muito dele, por ser uma pessoa popular, aí as pessoas vão dando os filhos para ele batizar. Se eu tivesse filhos eu escolheria os padrinhos primeiro por afinidade, segundo iria ver também a questão da religiosidade, a questão do sacramento que é o que mais prevalece no batismo, quando se dá alguém para batizar uma pessoa, tem que ver essa questão, se é frequentador, se gosta da igreja, se tem realmente uma importância, ou se gosta de participar dos eventos, até pra fazer com que os afilhados também comecem a participar. Como rege a tradição, como de costume, diz que os padrinhos são os segundos pais. Então quando a gente assume o compromisso de batizar alguém, a gente assume o compromisso de ser pai, na falta, ou se porventura faltar o pai ou a mãe, os padrinhos tem por obrigação, como rege a tradição, de acompanhar aquele filho, dar uma educação, transformar a vida daquela pessoa. (Depoimento de José Hamilton, em 20/10/2013)

Sobre a questão das relações de compadrio em comunidades negras Fraga Filho (2006) analisa que eram formas dos cativos criarem simbolicamente parentescos, para além dos laços

consanguíneos ou conjugais. Laços que na comunidade da Tapera, os próprios moradores encarregam-se de fortalecer, seja através da afetividade ou até mesmo através da ajuda material como podemos ver nos depoimentos que seguem e que reforçam a ideia de que as relações de compadrio relacionam-se ao afetivo, mas também ao material.

Tenho 07 afilhados aqui na comunidade. Chico de Luzia apesar de ser mais novo, ele tem 39 anos, tem mais afilhado do que eu aqui na Tapera. Eu escolhi os padrinhos dos meus filhos por serem daqui da comunidade, pela atenção que eles davam pra mim desde pequeno, e eles aceitaram. Aqui é muito comum dar os nossos filhos ao pessoal daqui, pelo apoio, a consideração. Pra mim é muito importante conhecer bem os padrinhos dos filhos porque na falta dos pais, o segundo pai são os padrinhos. Eu vejo assim, a consideração, né? ( Depoimento de Anália dos Santos, em 20/11/2013 )

Já a moradora Sr<sup>a</sup>. Madalena dos Reis, mostra que dentre as atribuições da madrinha e do padrinho encontram-se o socorro financeiro e a substituição efetiva do pai ou da mãe em caso de morte.

Minhas obrigações com meus afilhados é agir com respeito, que eles também tudo me respeita, que eles também tudo parece que gosta de mim. Eu não tive filho de mim mesmo, mas criei uma afilhada aqui na Tapera, que era uma afilhada e prima, criei, casei e ela teve 5 filhos. Depois de 5 filhos ela morreu com 26 anos, deixou 5 filhos e eu criei também, 4 moças e 1 homem. O rapaz tá em Santa Catarina, e as meninas, uma já tem o companheiro dela, tá morando em Salvador e tem 3 aqui dentro de casa mais eu. (Depoimento de Madalena Reis, em 20/10/2013)

Mais uma vez reforçamos que estes são aspectos que devem nortear a discussão sobre desenvolvimento na comunidade da Tapera pois trata-se de aspectos da sociabilidade dos moradores e que ainda são fortemente valorizados a despeito das transformações pelas quais esta vem passando.

### **1.5 A auto-organização comunitária na Tapera Melão – Uma História em construção.**

A história da construção do processo de auto-organização na comunidade quilombola da Tapera Melão, inicia-se em 2000 com as ações de fomento e capacitação em associativismo capitaneadas pela Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA. Segundo relatos dos primeiros diretores da associação, este processo aconteceu gradativamente e contou por muito tempo com a supervisão dos Técnicos Agrícolas da EBDA e principalmente com a colaboração intensa do Diretor do Escritório Regional Sr<sup>o</sup>. Jairo Martins que costumava participar das reuniões que ocorriam na comunidade aos domingos e sempre procurava estimular os quilombolas a se associarem.

“Em 2000 através de alguns moradores da comunidade me convidaram para fazer parte de um movimento para a fundação de uma associação que eu nem sabia o que era, e através do meu irmão e de outros membros da comunidade me convidaram e como eu disse que não sabia, então disseram que iria chegar alguém que iria fazer todo o processo conosco e que essa pessoa iria fazer uma espécie de treinamentos e com o decorrer do tempo nós iríamos aprendendo a tocar essa associação e que seria assim de grande ganho, de grande importância para a comunidade. Nisso eu tive uma certa resistência, mas depois eu topei fazer parte dessa associação, dessa entidade. Fizemos todo processo de organização de documento, reuniões pra fazer uma ata e o registro na Receita Federal, todo um processo, daí por diante foi só tocar o processo, tocar as reuniões, reunir o pessoal para as discussões dos assuntos relacionados à comunidade, o quê que a comunidade precisava para o seu desenvolvimento, fizemos a aprovação de uma casa de farinha porque a comunidade necessitava, pois é uma comunidade de agricultores familiares basicamente e que daí fizemos reuniões e na assembleia foi aprovada uma casa de farinha, mas um certo tempo depois, alguns membros tiveram uma certa resistência e viram que como a comunidade não tinha água, não seria viável uma casa de farinha naquele momento, enquanto a comunidade necessitava, praticamente 100% de água, já que toda água que chegava era através de carro pipa, não tinha reservatório suficiente e era necessário trazer uma água de fora canalizada ou até mesmo um poço”

(Depoimento de Josenilton Gonzaga dos Santos, 35 anos, 25/07/2013)

Considerada pelo seu primeiro presidente como uma experiência nova e inicialmente a vista com desconfiança pelos moradores, a Associação dos Produtores Rurais da Comunidade da Tapera Melão vai se constituindo a partir destes primeiros incentivos dados pela EBDA, mas logo conduzida pelos próprios moradores que como eles mesmos informam, estão aprendendo o processo. Nota-se, por exemplo, no depoimento do Sr<sup>o</sup>. Josenilton no episódio da escolha entre a casa de farinha e o abastecimento de água uma postura inicial da diretoria extremamente impositiva ao não promover o debate antes da tomada de decisão, posição esta que logo teve que ser modificada diante da manifestação dos moradores, optando pelo sistema de abastecimento de água. Mesmo sendo a maior carência da comunidade no que refere-se à infraestrutura o sistema de abastecimento de água não foi instalado naquele período e a associação continuou com o seu trabalho de reivindicação por muito tempo, sendo que este direito só começou a ser conquistado dez anos depois. Importa ressaltar que no período de fundação da Associação dos Produtores Rurais da Tapera Melão, o Poder municipal estabelecia com as organizações da sociedade civil um tipo de relação diferente do que hoje se observa. Sobre este assunto Josenilton destaca que:

“Naquele tempo era feito uma ata na comunidade, aprovada em assembleia da associação e era levada ao Conselho do FUMAC, naquela época. O Conselho do FUMAC era uma espécie de união das associações do município faziam seus projetos, aprovavam seus projetos em assembleias locais, na comunidade e uma vez no ano era levado esses projetos, essas aprovações na comunidade era levado para uma reunião na Câmara de Vereadores, e sempre vinha um representante da CAR, do Governo do Estado e que daí aprovava dois ou três projetos, dentre 30 associações. Era uma verdadeira guerra, todos os presidentes e membros de associações que estavam lá representando queriam que fosse aprovado o seu próprio projeto, mas como era assim, limitado, era uma verdadeira guerra”.

(Depoimento de Josenilton Gonzaga dos Santos, 35 anos, 25/07/2013)

As associações comunitárias rurais tem um papel importante na organização dos trabalhadores, na representação das comunidades na proposição de ações e de Políticas Públicas e na melhoria do processo produtivo dentro da própria comunidade. Desta forma, os membros da primeira diretoria da associação relatam que durante o processo de consolidação da auto-organização na Tapera buscaram fortalecer a parceria com a EBDA e estabelecer novas, como foi o caso das experiências de capacitação promovida pelo SEBRAE em 2003.

“ Tivemos vários projetos via SEBRAE, algumas capacitações envolvendo a questão da produção, a questão de cálculo, vieram alguns instrutores aqui para falar, para dar cursos, em relação ao plantio, como plantar, como fazer os cálculos de venda de produto para não ter prejuízo. Foi assim uma formação e tanta. Mas tudo isso através da associação, a associação que foi a mola mestra e trabalhou para que tudo acontecesse. Dentre estes projetos, nós tivemos um projeto que envolveu 20 pessoas de famílias diferentes da comunidade e foi um projeto para ensinar a plantar de forma diferente. Tínhamos o hábito de plantar através de covas e esse projeto, que foi do governo do estado, foi para ensinar essas 20 pessoas o chamado plantio de espaçamento e elas seriam multiplicadoras. Aqui os agricultores tinham o hábito de plantar junto, porque segundo eles, as terras eram poucas e tudo junto iria ter um ganho maior, uma produção maior. E a EBDA ensinou que quanto mais desse espaço mais a mandioca iria se desenvolver. O milho, o feijão, poderia ser plantado no espaço, esse espaço que nós considerávamos desnecessário poderia ser plantado para o feijão que é uma cultura rápida, o milho, o feijão, em 3 meses já se colhe. A mandioca não, a mandioca é uma cultura de 9, 10 meses em diante. E isso depende também do bom período de chuva e de uma boa adubação.. ”

(Depoimento de Josenilton Gonzaga dos Santos, 35 anos, 25/07/2013)

Josenilton afirma ainda que para o projeto acontecer o Senhor Eugênio, um dos moradores mais antigos da comunidade fez a doação de um terreno que foi utilizado como campo

experimental, onde se plantou mandioca e eram feitas as experiências para chegar à melhoria do plantio. Os 20 moradores selecionados eram responsáveis pela limpeza do terreno e por tocar esse projeto. Isso, segundo ele, serviu para unir ainda mais a comunidade pois percebia-se o entusiasmo de quem estava participando que levavam seus filhos, esposa etc., quanto de quem estava fora do projeto e atuava como observador das ações.

De acordo com os relatos dos moradores a Tapera durante os 14 anos de existência da associação teve a sua realidade modificada significativamente e o que a princípio era visto com desconfiança foi se tornando algo que agrega os moradores e serve de exemplo para outras comunidades.

No tocante às dificuldades do início do processo Josenilton registra que vencer a postura pessimista de alguns dos moradores constituiu para ele e para os outros membros da primeira diretoria e um grande aprendizado pois foram aos poucos conduzindo os trabalhos com muita disciplina e seguida fielmente o regimento da entidade, conforme o relato abaixo:

“O pessoal tem muito aquela coisa de que tem que acontecer e acontecer logo, criou a associação, pronto, tava tudo certo, já resolvia tudo e naquele tempo a gente tinha um grande incentivo que era o salário-maternidade, necessitava de ficha da associação, o benefício do INSS aceitava bem a ficha da associação, que era uma associação que tinha uma moral. A nossa diretoria não fazia coisas erradas, não cadastrava sócios que realmente não faziam parte da comunidade, tinha interesse em crescer sempre junto com a comunidade, então a gente sempre tinha essa preocupação. Pra isso a gente cumpria a risca o regimento, porque a gente queria credibilidade. Até hoje é dessa forma.”

(Depoimento de Josenilton Gonzaga dos Santos, 35 anos, 25/07/2013)

Mesmo hoje afastado da associação em virtude do trabalho como Conselheiro Tutelar na zona urbana, Josenilton destaca o trabalho desenvolvido hoje pela atual diretoria e como ele mesmo afirma o cumprimento do regimento da entidade é fundamental para dentre outras coisas disciplinar a comunidade favorecendo o cumprimento das regras ali previstas e ao mesmo tempo, construindo uma rotina de trabalho para a entidade.

### **1.6 Características atuais do processo de auto-organização comunitária**

A Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Quilombola da Tapera Melão foi fundada em 20 de setembro de 2000 e iniciou seu trabalho com 20 sócios. Consta que o objetivo principal da fundação da associação era desenvolver projetos sociais na área rural em benefício da comunidade. Segundo os moradores locais esta é uma entidade que apesar dos

muitos problemas que enfrenta, tem conseguido inúmeros avanços para a comunidade. Atualmente a associação é presidida pelo Sr<sup>o</sup>. Dijalma da Silva Pereira<sup>8</sup>, 38 anos, agricultor familiar, nascido na própria comunidade.

Quando da sua fundação, em setembro de 2000, as principais discussões dentro da associação estavam relacionadas à construção de uma casa de farinha comunitária e um poço artesiano que pudesse atender as necessidades das famílias da Tapera. A partir de 2001, somados a estes temas, vemos debates que tratam da distribuição de sementes entre associados e a comunidade em geral para o plantio de feijão e milho e que tratam de empréstimos junto ao Banco do Nordeste.

A princípio as reuniões acontecem na Escola Municipal Zezé Martins e com o passar dos anos, os sócios perceberam a necessidade de construir sua sede própria, o que foi possível alguns anos depois, em regime de mutirão e a partir de doações dos sócios e colaboradores.

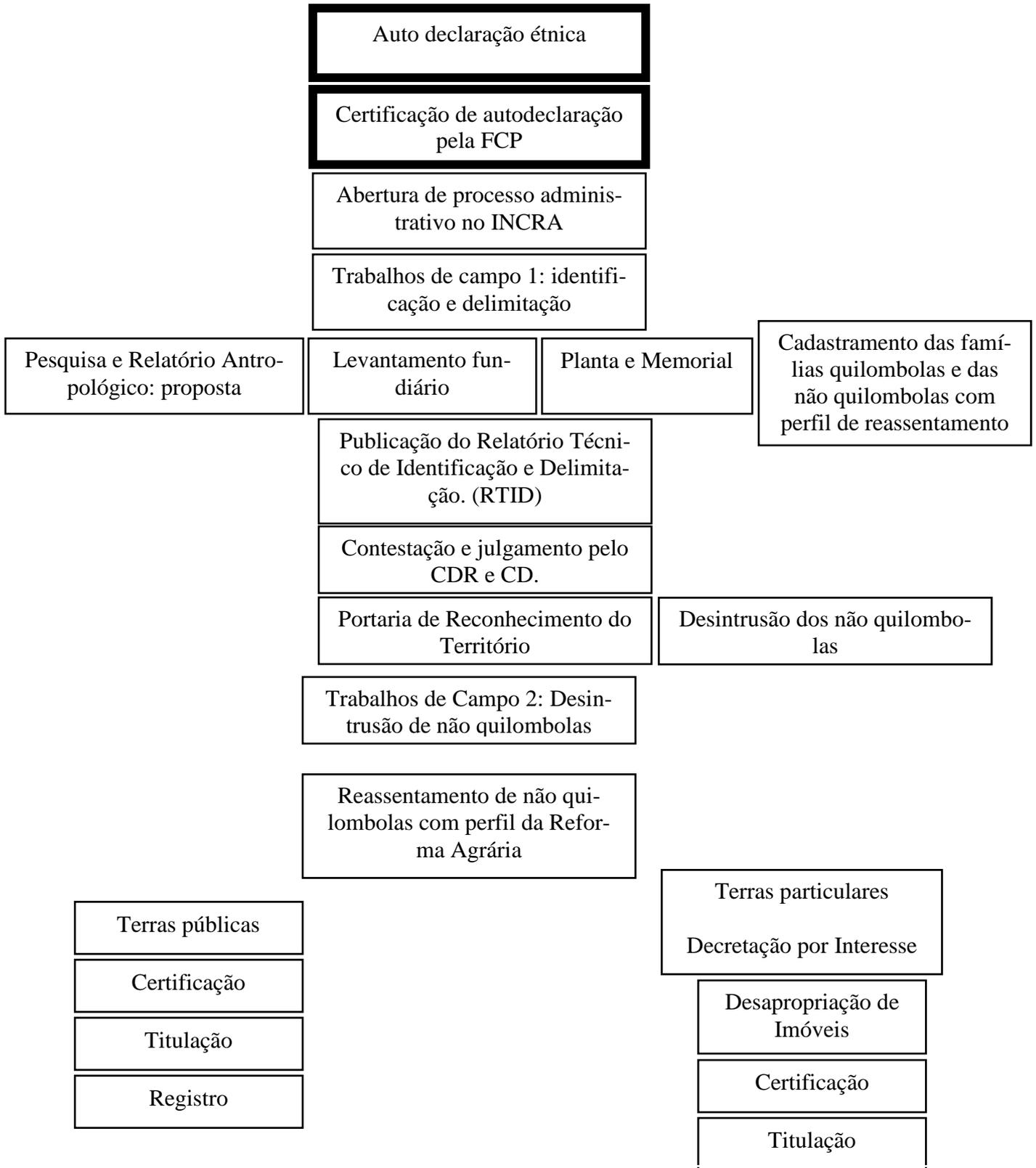
Os principais problemas debatidos dentro da associação como a precariedade no abastecimento de água, falta de opções de geração de trabalho e renda para os moradores, em especial mulheres e jovens, a necessidade de incentivo à prática de esportes, o fortalecimento da cultura local estão presentes em quase todas as reuniões, porém nota-se que embora haja muito entusiasmo para discutir estas necessidades, a associação não consegue organizar-se de forma sistemática, elaborando um planejamento, envolvendo grupos de trabalho específicos, elegendo prioridades. Vale ressaltar que além do objetivo de apresentar as necessidades da Comunidade Quilombola da Tapera Melão junto ao Poder Público, a entidade tem como objetivos conforme o seu Estatuto Social, promover atividades culturais para os moradores, incentivar a prática de esportes, estimular projetos de geração de emprego e renda para os moradores, contribuir para a preservação do meio ambiente, etc.

Atualmente, as discussões mais frequentes dentro da associação acontecem em torno do processo de titulação e demarcação das terras, realizadas pelo INCRA. Os outros debates mencionados anteriormente estão cedendo espaço para a questão da titulação das terras quilombolas pois este envolve não só a comunidade mas organizações do governo como INCRA. A titulação das terras quilombolas se dá após várias fases, dentre elas, o estudo técnico sobre a comunidade para constatar a quantidade de famílias moradoras da comunidade, tamanho das terras e seus limites; a desapropriação de fazendeiros que por ventura estejam ocupando terras, quilombos, dentre outras fases detalhadas na figura 12.

---

<sup>08</sup> Dijalma da Silva Pereira assumiu a presidência da Associação após a renúncia do presidente eleito Sr<sup>o</sup>. Edson Cerqueira de Souza que alegou falta de tempo para dedicar-se aos trabalhos da Associação.

**FIGURA 12 – Fases do processo para titulação das terras quilombolas**



FONTE: Elaboração própria

As reuniões da associação acontecem todo terceiro sábado de cada mês e são feitas as reuniões extraordinárias de acordo com as demandas dos projetos, demandas dos sócios e as propostas de melhorias para a comunidade. Com relação à frequência dos sócios chega a ser registrado a presença de 150 a 180 sócios de um total de 200 sócios.

**FIGURA 13- Foto do Presidente da Associação dos Produtores Rurais da Tapera Melão**

Fonte Andréa Marques



O papel do líder de uma associação é crucial na vida da organização pois, por tratar-se de uma atividade não remunerada e por envolver muitas atribuições e responsabilidades, o que o expõe comumente à críticas e contestações, este líder precisa ser movido em grande medida, pelo desejo de transformação de uma realidade .Conforme depoimento transcrito abaixo, o desejo de transformação é algo que move o presidente da Associação dos Produtores Rurais da Tapera Melão.

Minhas tarefas como presidente são buscar os projetos que venham trazer benefícios para a comunidade da Tapera Melão. Projetos de captação de água da chuva por cisterna, projeto de produção de polpa de frutas que já conseguimos, projeto para conseguir geladeiras e fogões para preparar os produtos de agricultura familiar, então

são os projetos que a gente vem buscando a cada dia que passa, a gente junto para melhorar sempre a comunidade. (Depoimento de Djalma, 27/08/2013)

O presidente da associação refere-se à projetos que já estão sendo implementados ou que estão em fase de aprovação junto à órgãos do governo estadual e que conforme explicita foram conquistados por toda a comunidade “via associação”.

**FIGURA 14 - Foto da Sede da Associação**



Como principais dificuldades para o trabalho Djalma cita o fato de não terem um elaborador dos projetos dentro da própria comunidade e por isso depender da Secretaria de Agricultura para esta tarefa, o que ao nosso ver ocasiona uma relação de dependência que precisa ser vencida, visto que nem sempre os avanços dentro da comunidade são divulgadas como fruto da autogestão dos seus moradores, mas como benesses de governos locais.

“A gente sabemos que movimentos sociais não temos elaboradores de projetos e os projetos que a gente almeja, via associação é através de secretarias de governo como CAR, EBDA. A gente hoje tem a Secretaria de Agricultura onde tem uma pessoa que elabora os projetos. Pensamos em preparar as pessoas na própria comunidade não só para elaboração de projetos como também para assumir a gestão porque uma outra dificuldade hoje é que ninguém que assumir a direção, pois é um trabalho que

não é remunerado e pela luta, o cansaço, porque em graças a Deus tenho segurado, nós queremos preparar as pessoas para a gestão. Mas nesses 13 anos de associação é que as pessoas não querem trabalhar gratuitamente, mas elas têm que pensar na comunidade delas e esquecer até as críticas.” (Depoimento de Djalma, no dia 27/08/2013)

Embora a preocupação do presidente em realizar um bom trabalho, os quilombolas da Tapera consideram que as conquistas ocorrem sobretudo pelo empenho e a determinação do seu líder. É o que podemos ver no depoimento do morador Josenilton Fonseca:

Para mim o trabalho que Djalma faz está ajudando muito a comunidade da Tapera, por que se você for olhar antes a gente não tinha nada aqui e a associação labutava mas as coisas não vinha. Eu tiro mesmo por mim, sempre participei da associação e já vi que só a luta é que faz a gente chegar. A gente já tem cisternas, já tem sanitário na casa, ta fazendo a escola. Tudo é nosso trabalho mesmo e se tiver um pra tomar a frente fica difícil, né moça? (Depoimento do Sr. Josenilton Fonseca, 32 anos em 27/07/2013)

A comunidade da Tapera vem gradativamente fortalecendo a sua auto-organização e para isso vem recorrendo a estratégias como a realização constante das assembleias ordinárias quinzenalmente aos sábados, aonde são debatidos temas de interesse da comunidade e que seguem uma pauta organizada pela diretoria. Segundo informa o Srº. José Hamilton, membro da diretoria, estas pautas são formuladas com base nas necessidades da própria diretoria mediante o encaminhamento de novos projetos, eventos, problemas percebidos e a partir de manifestações de interesse dos próprios sócios. Verificamos que após a realização destas assembleias, não há uma divisão de tarefas entre os membros da diretoria e nem a constituição de grupos de trabalho que tratem de forma específica dos temas, sendo todos os membros da diretoria muitas vezes responsáveis pela mesma ação. Na nossa análise a falta da cultura de planejamento dentro da organização, acompanhada por uma divisão clara das tarefas, constitui um dos desafios para a condução dos trabalhos dentro da associação, pois ele será, a priori, o responsável por definir os contornos e os caminhos para o alcance dos objetivos previamente definidos em assembleia.

No que se refere ao aspecto financeiro da Associação dos Produtores Rurais da Tapera, esta é mantida financeiramente pelas contribuições dos próprios sócios, que pagam uma

mensalidade no valor de R\$ 3,00. Com o valor arrecadado adquire-se materiais de escritório, de uso da própria entidade. Eventualmente é utilizado para custear comemorações de aniversários dos sócios, festejos religiosos e pagamento de encargos. Não há uma previsão de ações/estratégias que visem a aquisição de outros recursos por parte da associação, nem mesmo a realização de eventos como bingos, festas dançantes, rifas, práticas comuns entre as associações comunitárias. Isto se deve à experiências negativas registradas pela diretoria ao realizar tais ações. A baixa arrecadação é um fator limitador das ações da associação, visto que o valor arrecadado nem sempre supre necessidades da entidade. Porém visto que se trata de uma comunidade de baixa renda, a possibilidade de aumento deste valor é descartada pela diretoria da associação pois há um temor de que a cobrança de valores maiores ocasionem o afastamento dos moradores das atividades da associação. Mensalmente, o diretor financeiro da entidade presta contas do que foi arrecadado e com que foram gastos os valores, submetendo assim à análise de assembléia. Neste caso, os sócios que não fazem parte da diretoria participam da vida financeira da associação parcialmente, visto que eles não decidem sobre o que fazer com aqueles recursos durante um processo de planejamento, fundamental para qualquer organização.

Em 2012, a Associação dos Produtores Rurais da Tapera Melão foi contemplada com o projeto de construção de 76 cisternas para captação de água de chuva do Programa Água para Todos. A cisterna para captação de água de chuva é uma Tecnologia Social onde a água que escorre do telhado da casa e é captada pelas calhas e cai direto da cisterna, onde é armazenada. Informo que as mesmas estão sendo construídas na comunidade, em regime de mutirão, sendo que cada família foi selecionada através dos critérios de elegibilidade do Programa Bolsa Família.

A dificuldade do acesso a água para consumo humano e para as atividades da agricultura é um problema que a comunidade da Tapera enfrenta há muitos anos e conforme apontado anteriormente, a associação local busca estratégias para solucionar o problema desde a sua fundação quando encaminhou projeto para a construção de um poço artesiano, mas diante da informação da impossibilidade desta construção devido à fragilidade do lençol freático neste território, procurou-se adotar outras estratégias como a elaboração de uma espécie de cronograma para a distribuição de água através do carro-pipa. Com o projeto de construção de cisternas para a captação de água da chuva os quilombolas esperam que o problema seja parcialmente resolvido, visto que das 157 casas, apenas 76, estão sendo contempladas.

Além do projeto de construção de cisternas, a Associação dos Produtores Rurais da Tapera também conseguiu a aprovação em 2009 do projeto “Revivendo Nossa Cultura Popu-

lar”, junto ao Ministério da Cultura, através de Edital específico para Microprojetos culturais. Na oportunidade, a associação contou com a orientação da Assessoria de Elaboração de Projeto do Departamento Municipal de Cultura, vinculada à Prefeitura de Irará.

Conforme já citado, a associação não dispõe em seu quadro de diretores e de sócios de pessoas com experiência e conhecimento em elaboração de projetos e por isso depende sempre da assessoria de agentes externos.

Com a aprovação do projeto o grupo cultural “As Pastorinhas” pôde adquirir novas instrumentárias e instrumentos musicais para as apresentações.

Importa registrar que o grupo cultural As Pastorinhas e o grupo de Economia Solidária As Bejuzeiras da Tapera constituem desdobramento da associação local, o primeiro atuando como um coletivo para a preservação das tradições culturais da comunidade e o segundo, como experiência de organização socioeconômica, sociopolítica e socioambiental que tem a solidariedade como eixo.

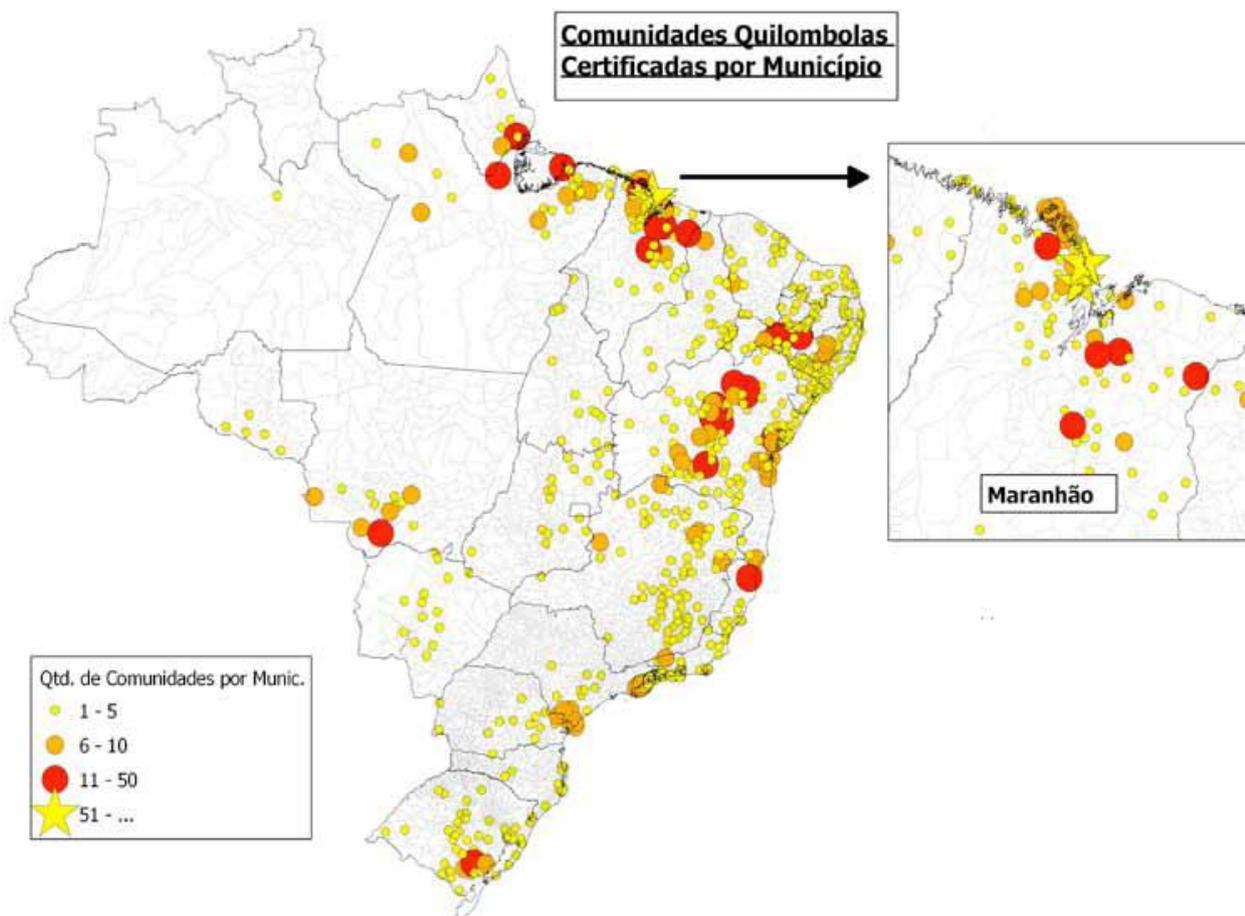
## .CAPÍTULO 02

## A QUESTÃO QUILOMBOLA

## 2.1 - A especificidade das Comunidades Quilombolas e a emergência do seu Desenvolvimento

A Fundação Cultural Palmares, órgão da administração pública federal, vinculado ao Ministério da Cultura, aponta que existem vários núcleos de resistência negra no Brasil, conhecidos como Comunidades Remanescentes de Quilombo. De acordo com os dados do mesmo órgão, atualmente existem no Brasil cerca de 1948 comunidades reconhecidas. O Estado da Bahia registra 558 comunidades segundo dados da Fundação Cultural Palmares.

**FIGURA 15 – Mapa com a distribuição das certificações da FCP**



Os agrupamentos de ex-escravos recebem nomes variados, conforme as específicas regiões: quilombos ou mocambos no Brasil; palenques na Colômbia e em Cuba; Cumbes, na Venezuela; marrons no Haiti e nas demais ilhas do Caribe Francês; grupos ou comunidades de Cimarrones, em diversas partes da América Espanhola; marrons na Jamaica, no Suriname e no sul dos Estados Unidos.

No Brasil, o processo de reconhecimento das comunidades como Comunidades Remanescentes de Quilombo é disciplinado pelo Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. A certificação das comunidades quilombolas é o primeiro passo para a regularização fundiária e para o reconhecimento da identidade da comunidade como quilombola. A emissão do certificado é de responsabilidade da Fundação Cultural (FCP/Minc), que tem como atribuição legal realizar e articular ações de proteção, preservação e promoção do patrimônio cultural das comunidades quilombolas, bem como das comunidades tradicionais de terreiro<sup>09</sup>

O quadro abaixo apresenta alguns números sobre a situação atual das comunidades quilombolas:

QUADRO 01 - Quilombolas em números

Comunidades reconhecidas oficialmente pelo Estado brasileiro	1.948
Comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP)	1.834
Processos abertos para titulação de terras no Incra	1.167
Comunidades tituladas	193
Área total de terras tituladas	988,6 mil hectares
Famílias beneficiadas com a titulação das terras quilombolas	11.991 famílias

Fonte :SEPP/PR, julho de 2012

### 2.1.1– Os Quilombos – Revisitando um conceito

Nos dias atuais é comum ouvir a expressão quilombo ou remanescente de quilombo. Essas terminações possuem uma conotação que está marcada por diversos contextos e por múltiplas análises.

Oficialmente o termo quilombo surgiu no Brasil na constituição do século XVIII, quando, em 1740, o Conselho Ultramarino valeu-se da seguinte definição de quilombo: “Toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (GOMES, 1996).

<sup>09</sup> SEPP/PR, 2012. Diagnóstico do Programa Brasil Quilombo.

Esta caracterização descritiva dos quilombos assentada no binômio fuga/resistência, perpetuou-se como definição clássica do conceito em questão e influenciou uma geração de estudiosos da temática quilombola até meados dos anos 70, como Artur Ramos (1953) e Edson Carneiro (1957). O traço marcadamente comum entre esses autores era o passado, cristalizando sua existência no período em que vigorou a escravidão no Brasil. Além disso, a definição clássica de quilombo, caracteriza-os exclusivamente como expressão de negação do sistema escravista, aparecendo como espaços de resistência e de isolamento da população negra.

Não se pode contestar a legitimidade dos trabalhos importantes como os de Ramos (1953) e Carneiro (1957), porém eles não abarcam a diversidade das relações entre os escravos e sociedade escravocrata e nem as diferentes formas pelas quais os grupos negros apropriaram-se da terra, construindo sua identidade profundamente ligada a esta.

Almeida (1999) ao fazer a crítica do conceito de quilombo estabelecido pelo Conselho Ultramarino, mostra que aquela definição constitui-se basicamente de cinco elementos:

1. A fuga;
2. Uma quantidade mínima de fugidos;
3. O isolamento geográfico em locais de difícil acesso e mais próximos da uma “natureza selvagem”;
4. Moradia habitual, referida no termo “rancho”;
5. Autoconsumo e capacidade de reprodução simbolizados na imagem do pilão.

Nota-se que há no conceito clássico de quilombo uma preocupação exagerada em focar exclusivamente o perfil das fugas dos negros escravos e na posterior organização desses sujeitos.

A afirmação de Matoso (1990) demonstra o quanto os autores foram influenciados pelas ideias clássicas que circundam a noção de quilombo o que levou muitos deles a afirmar que o escravizado via no quilombo a perspectiva de ter uma vida em liberdade, longe das punições e das regras estipuladas pela escravidão. Segundo ela:

Um quilombo é um esconderijo de escravos fugidos. É preciso distingui-lo dos verdadeiros movimentos insurrecionais organizados contra o poder branco. O quilombo quer paz, somente recorre à violência se atacado, se descoberto pela polícia ou pelo exército que tentam destruí-lo, ou se isso for indispensável à sua sobrevivência. Quilombos e mocambos são constantes na paisagem brasileira desde o século XVII. Reação contra o sistema escravista? Retorno à prática de vida africana ao longo da dominação dos senhores? Protesto contra as condições impostas aos escravos, mais do que contra o próprio sistema, espaço livre para celebração religiosa? Os quilombos são tudo isso ao mesmo tempo. (MATTOSO, 1990)

Reforçando o pensamento de tantos outros estudiosos da temática Mattoso reafirma uma perspectiva teórica de quilombos presos ao passado, formados exclusivamente através de fugas ou rebeliões contra o sistema colonial escravista.

Contemporaneamente foram elaboradas novas interpretações sobre a história dos quilombos no Brasil. Os estudos recentes se empenham em entender a complexa rede estabelecida entre os quilombos e os diversos grupos da sociedade com quem os fugitivos mantinham relações.

Essas novas discussões apontam que os quilombolas mantiveram relações com a sociedade ao seu redor, ou seja, a mesma sociedade que os dominou muitas vezes manteve contatos com quilombolas em troca de benefício econômico. Em geral, existiu, paralelamente à formação do aparato de perseguição aos fugitivos, uma rede de informações que ia desde as senzalas até muitos comerciantes locais. Estes últimos tinham grande interesse na manutenção desses grupos porque lucravam com as trocas de produtos agrícolas por produtos que não eram produzidos no interior do quilombo.

Flávio dos Santos Gomes apresenta a ideia de “campo negro”. Essa relação destaca “como os negros viviam uma complexa rede social permeada por aspectos multifacetados que envolveram, em determinadas regiões do Brasil, inúmeros movimentos sociais e práticas econômicas com interesses diversos.” (GOMES, 1996).

Nesses novos estudos, os quilombos não são mais vistos como grupos que surgiram genuinamente através da resistência que os negros estabeleceram no período da abolição. Os estudiosos dessa temática hoje costumam apontar diversas possibilidades para explicar a origem dos quilombos contemporâneos. Dessa forma, costuma apontar as seguintes probabilidades para o surgimento destes grupos sociais: da prestação de serviços guerreiros, em períodos de guerra ou rebeliões; de prestação de serviços religiosos; de desagregação de fazendas de

ordens religiosas; da ocupação de fazendas desagregadas devido ao enfraquecimento econômico; da compra e doação ou herança, entre outros. Nesta última, insere-se a Comunidade Quilombola da Tapera Melão conforme visto anteriormente.

Conforme explicita Almeida (2009), para conceituar quilombos, na atualidade, deve-se levar em consideração o critério de autodefinição dos agentes sociais, a autonomia do grupo social, o modo de apropriação ou posse e o uso dado aos recursos naturais disponíveis.

Vale ressaltar que estes agrupamentos recebem diferentes nomenclaturas, mesmo dentro do mesmo país: terras de preto, território negro, comunidade de quilombos e comunidades negras rurais. Contudo, todas essas denominações são utilizadas por vários autores para enfatizar a categoria de quilombo como uma “coletividade camponesa”, definida pelo compartilhamento de um território e de uma identidade.

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) na tentativa de orientar e auxiliar a aplicação do Artigo 68 do ADCT anunciou, em 1994, um balanço em que se define o termo “remanescente de quilombo”:

Contemporaneamente, portanto, o termo não se refere à resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar. (ABA, 1994)

Um outro aspecto que marca fortemente as comunidades de quilombo é o uso comum da terra caracterizado através da ocupação do espaço que tem por base os laços de parentesco e de vizinhança, assentados em relações de solidariedade e de reciprocidade. Todas essas características estão fortemente presentes na comunidade da Tapera. Do mesmo modo, as consequências de um passado de omissão por parte do Estado e da ausência de terras para a prática da agricultura.

Como problema principal aqui da comunidade e que precisa ser resolvido com urgência é a questão da água que é o que o pessoal mais almeja e alguns outros paramezinhos que a gente tem tentado resolver. A gente tá lutando mesmo com todas as forças e com a parceria dos colegas para a regularização de nossas terras para que a gente possa ter, condições de produzir mais para o PNAE e para o PAA e eu acredito que depois dessa regularização a comunidade vai ter aí um grande ganho,

apesar de a comunidade como acabei de falar, apesar de pouca terra a gente começa abraçar ai os projetos. (Depoimento do senhor Dijalma da Silva ,em 27/08/2013 ).

Vemos na fala do Senhor Dijalma, a percepção sobre o quanto é importante que os quilombolas baseados nos laços sociais que os indivíduos e as organizações são capazes de construir, construírem também um processo de luta política pelos seus direitos , neste caso a água e a regularização do território, como forma de assegurar condições materiais para uma vida digna.

### **2.1.2 – O Estado brasileiro e a questão quilombola – Um balanço da temática na agenda pública brasileira.**

Os quilombos constituem uma temática relevante desde os primeiros focos da resistência dos africanos ao escravismo colonial. O tema reaparece no Brasil/República com a Frente Negra Brasileira (1930/40)<sup>10</sup> e retorna à cena política no final dos anos 70, durante a redemocratização do país. Trata-se, portanto, de uma questão persistente do ponto de vista das lutas políticas.

Do ponto de vista das políticas públicas e do aparato legislativo, deve-se dizer que a temática quilombola recebe do Estado Brasileiro distintos tratamentos ao longo dos anos, aproximando-se em muitos momentos da invisibilidade e do silêncio, características do que Souza Santos (2005) define como “ produção da não existência”<sup>11</sup> Para ele:

São várias as lógicas e os processos através dos quais critérios hegemônicos de racionalidade e de eficácia produzem a não-existência do que não cabe nele: Há produção de não-existência sempre que uma dada entidade é desqualificada e tornada invisível ou descartada de um modo irreversível (SOUZA SANTOS, 2005)

No período republicano, a partir de 1889, o termo “quilombo” que anteriormente aparecia no marco legal brasileiro fundamentando a criminalização e penalização das fugas e tentativas de rebelião de escravos, desaparece e só ressurge na Constituição de 1988, como categoria de acesso a direitos, numa perspectiva de sobrevivência, dando aos quilombos o caráter de “remanescentes”.

<sup>10</sup>A Frente Negra Brasileira foi uma organização criada em 1931 que visava unir os negros para a luta antirracista.

<sup>11</sup> Esta é uma discussão que o autor faz no livro “O Fórum Social Mundial” (2005), onde dedica-se a explicar sobre a sociologia das ausências que é uma pesquisa que visa demonstrar que o que não existe é, na verdade, ativamente produzido como não-existente, isto é, como uma alternativa não-credível ao que existe.

Almeida (1988) destaca que a Constituição Brasileira de 1988, no artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias opera uma inversão de valores no que se refere aos quilombos em comparação com a legislação colonial, uma vez que a categoria legal através da qual se classificava quilombo como um crime passou a ser considerada como uma categoria de auto definição, voltada para reparar danos e acessar direitos.

Diz o Artigo 68 do ADCT que: “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Outros dois artigos da Constituição Brasileira também reconhecem direitos das comunidades quilombolas, ainda que não haja menção específica a elas: os artigos 215 e 216 do Capítulo III, sobre Educação, Cultura e Desporto<sup>12</sup> .

O Artigo 215 determina que o Estado proteja as manifestações culturais afro-brasileiras. Já o artigo 216 considera os bens de natureza material e imaterial dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, entre eles os das comunidades negras – formas de expressão, modos de criar, fazer e viver – como patrimônio cultural brasileiro, a ser promovido e protegido pelo Poder Público<sup>13</sup> .

Conforme explica a procuradora Isabel Cristina Groba, em função dos artigos 215 e 216 da Constituição pode-se afirmar que a obrigação do Estado para com as comunidades quilombolas não se restringe ao reconhecimento da propriedade.

A norma do artigo 68 do ADCT deve ser vista sempre em cotejo com as normas de preservação cultural desses grupos na condição de formadores da sociedade nacional, assegurando-lhes a oportunidade de continuarem a reproduzir-se de acordo com as suas tradições, sob pena de estarem ferindo os princípios maiores fundadores de nossa República. Os seus modos de fazer e viver são os bens imateriais a que alude a Constituição de 1988, competindo ao Poder Público, com a colaboração da comunidade, proteger tal patrimônio por todos os meios e formas de acautelamento e preservação, assegurando a sua permanência contra todos os atos públicos e privados tendentes a descaracterizar-lhes o traço cultural ou atentar contra a sua forma de viver. (VIEIRA, Isabel Cristina Groba, 1997).

---

<sup>12</sup>BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

<sup>13</sup>Ibid.

Consoante com as normas superiores, o Decreto 4.887/2003, que estabelece os procedimentos para titulação das terras quilombolas, também reconhece que são “terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural (Artigo 2º)<sup>14</sup>. Dessa forma, não basta garantir diretrizes e procedimentos para que o povo quilombola tenha posse da terra, mas é preciso assegurar a estes uma vida digna e o respeito às suas singularidades como povo culturalmente diferenciado.

Na tentativa de garantir ao povo quilombola o atendimento das suas necessidades materiais de existência e preservação do seu modo de ser e estar no mundo, foi criado em 2004, durante a gestão do governo Lula o Programa Brasil Quilombola. Segundo o documento de apresentação do Programa, este tem o objetivo de coordenar as ações governamentais para as comunidades remanescentes de quilombo por meio de articulações transversais, setoriais e interinstitucionais, com ênfase na participação da sociedade civil.<sup>15</sup>

Segundo o Diagnóstico do Programa Brasil Quilombola publicado pela SEPPIR, no período de 2011 a 2014 as comunidades quilombolas são consideradas prioritárias dentro dos programas sociais do Governo Federal, onde se destacam o Plano Brasil Sem Miséria, o Programa Luz para Todos (PLT), o Programa Água para Todos e o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL).

Os quatro eixos de políticas públicas do PBQ são: acesso à terra, infraestrutura e qualidade de vida, desenvolvimento local e inclusão produtiva e direitos e cidadania. Estima-se que das 214 mil famílias formadas por quilombolas, 72 mil estão cadastradas no CadÚnico e 78% do total, ou seja, 56,2 mil famílias quilombolas são beneficiárias do Programa Bolsa Família.

A pauta das comunidades quilombolas entrou no Plano Plurianual<sup>16</sup> pela primeira vez na peça de 2004-2007, o chamado Plano Brasil de Todos – Participação e inclusão. Desde então aparece em todos os outros PPAs sendo considerado um tema prioritário e estratégico dada a sua transversalidade e importância histórica. O quadro 02 nos mostra quais os programas temáticos previstos no PPA 2012-2015 visam atender as demandas das comunidades quilombolas.

---

<sup>14</sup> O Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003 regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos.

<sup>15</sup> SEPPIR. Programa Brasil Quilombola, 2004.

<sup>16</sup> O Plano Plurianual é um instrumento previsto no Art.165 da Constituição Federal de 1988 e destina-se a organizar e viabilizar a ação governamental para além do ano fiscal, possibilitando a execução de um projeto de desenvolvimento de médio e longo prazo.

## QUADRO 02 – Quilombolas e o PPA 2012-2015

<b>Programa</b>	<b>Título</b>
2012	Agricultura Familiar
2018	Biodiversidade
2019	Bolsa Família
2020	Cidadania e Justiça
2025	Comunicações para o Desenvolvimento, Inclusão e a Democracia.
2027	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso.
2029	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária.
2030	Educação Básica
2031	Educação Profissional e Tecnológica.
2032	Educação Superior (Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão)
2034	Enfrentando ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial.
2037	Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
2064	Promoção e Defesa dos Direitos Humanos.
2066	Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária.
2068	Saneamento Básico
2069	Segurança Alimentar e Nutricional.

FONTE: Elaboração própria

Importante destacar que o debate sobre a necessidade de Políticas Públicas para as comunidades quilombolas deve-se sobretudo à ação organizada do movimento quilombola no Brasil que desde o processo de redemocratização apresenta-se como ator importante na apresentação de demandas como o reconhecimento oficial por parte do Estado brasileiro destes grupos populacionais como sujeitos de direitos e por melhorias nas áreas de saúde, educação, direitos humanos , etc.

No capítulo que segue trataremos do fenômeno da Economia solidária que na Comunidade da Tapera tem sua expressão no grupo Bejuzeiras da Tapera e cujo os princípios animam o processo de fortalecimento da auto-organização da comunidade.

## CAPÍTULO 03

### A ECONOMIA SOLIDÁRIA

#### 3.1 – Retrato da Economia Solidária no Brasil – O que diz o SIES

Aos poucos, o tema da Economia solidária vem se consolidando nas agendas governamentais. No caso específico do Governo Federal pode-se considerar marcos importantes das políticas de ES: a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) que não estava inicialmente prevista pelo governo Lula, mas foi inserida na estrutura estatal após as reivindicações de um movimento que então, também começava a se organizar e que no futuro consolidou-se como o Fórum Brasileiro de Economia Solidária; a transposição quase que integral da Plataforma da Economia Solidária para o desenho da política da nova secretaria; os processos de co-construção e co-execução das ações partilhadas entre atores governamentais e não governamentais.

Para Cunha (2012) é relevante tratar o caso das políticas de Economia Solidária encabeçadas pelo Governo Federal como uma “rede de políticas públicas” que de forma transversal envolve boa parte dos ministérios e é capaz de dialogar com outros grandes temas de pública relevância.

Para analisar o universo da Economia Solidária é preciso compreender que há várias realidades e concepções contribuindo para a construção deste campo. Dessa forma e por esta razão a SENAES resolve criar em 2006 o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) com o objetivo de dispor de um sistema de identificação e registro de informações dos empreendimentos econômicos solidários e das entidades de apoio, assessoria e fomento à economia solidária no Brasil. (MTE, 2006)

Segundo o Termo de Referência da Portaria Ministerial nº 30/2006 de MTE, que institui o SIES, Economia Solidária compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob as formas de cooperativas, associações, empresas autogestionárias, redes de cooperação, complexos cooperativos, entre outros, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, comércio justo e solidário.

Esse importante instrumento potencializador da Economia Solidária no Brasil, tem como um dos objetivos a construção de uma base nacional de informações em Economia Solidária, visto que nas bases nacionais sobre economia e trabalho como as do IBGE, não existem categorias específicas, tais como “trabalhador associado”, “sócio cooperado”, “empresa autogestionária”, etc., por isso é impossível identificar com precisão o que constitui Economia Solidária em meios aos dados globais destas pesquisas.

A primeira base de dados do SIES foi coletada entre 2005 e 2007, tendo chegado a 53% dos municípios brasileiros. Nela, foram identificadas como Economia Solidária 21.859 iniciativas ou formas de organização chamadas no SIES de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) dos quais participam 1.687.305 trabalhadores/as<sup>17</sup>.

O SIES tem papel importante na construção do conhecimento sobre a realidade da Economia Solidária no Brasil, inclusive para a definição das políticas públicas e das próprias estratégias dos setores organizados da Economia Solidária.

Ao analisar os dados do SIES, Singer propôs uma tipologia possível em torno das principais atividades econômicas que são praticadas de modo solidário. Vale ressaltar que trata-se, a princípio de uma classificação mais geral.

Os empreendimentos solidários são de duas espécies: a) associações de pequenos produtores, que fazem suas compras e/ou vendas coletivamente; b) associações produtivas em que sócios trabalham em conjunto e é com este trabalho que ganham a vida. Os sócios deste grupo de empreendimentos (que são apenas 27,5% do total de associados) devem ser muito pobres em sua maioria (SINGER, 2006: 5)

Com base nessa proposta preliminar, Schiochet, Silva e Bertucci (2008) propõem que se considere a existência de dois “tipos” de EES com características próprias:

a) Aqueles cuja razão de existência e o modo de funcionamento caracterizam-se pela prestação de algum tipo de serviço aos seus associados (EES de crédito e/ou serviços financeiros, beneficiamento de produtos, comercialização conjunta de produção individual ou familiar, compra e venda de insumos, etc); e b) Aqueles em que os sócios trabalham em conjunto (EES de produção coletiva, de trabalho ou de prestação de serviços), onde todo ou quase todo o processo de trabalho e a propriedade ou domínio dos bens do EES é coletivo. (SCHIOCHET; SILVA; BERTUCCI, 2008)

No que refere-se às principais características da Economia Solidária no Brasil identificadas no SIES, fica claro que trata-se de uma economia majoritariamente de pequeno porte, onde metade dos empreendimentos solidários são rurais e seus principais produtos vêm da produção agropecuária (milho, leite, arroz, mel, farinha de mandioca etc.), sendo que as ativi-

---

<sup>17</sup> O SIES possibilitou o Primeiro Mapeamento Nacional da Economia Solidária que permite uma mudança de escala nas análises e a rediscussão de teses importantes presentes no debate teórico e político.

dades econômicas que se destacam logo a seguir são: produção variada de artefatos artesanais, de alimentos e bebidas e setor de costura e confecção

O mapeamento ainda revelou que a grande maioria dos EES se organizam sob a forma de associação (51,8%) e grupo informal (36,5%), sendo que a forma de cooperativa corresponde a apenas 9,7% dos empreendimentos mapeados como economia solidária. Vale salientar que este padrão varia de acordo com o região - há uma maior participação de grupos informais nas regiões Sul e Sudeste, de perfil mais urbano, do que nas regiões onde predominam associações e cooperativas no meio rural.

Um dado curioso evidenciado pelo SIES, refere-se ao ano de criação dos empreendimentos: embora a expansão global dos EES no Brasil se dê sobretudo a partir dos anos 1990, os grupos informais aumentaram principalmente após 1995, enquanto as associações reduziram seu crescimento e as novas cooperativas se mantiveram em patamar estável.

Considerando a distribuição territorial, há uma maior concentração de EES na região Nordeste, com 44%. Os restantes 56% estão distribuídos nas demais regiões: 13% na região Norte, 14% na região Sudeste, 12% na região Centro-Oeste e 17% na região Sul.

TABELA 01 – Perfil da ES no Brasil

UF	Nº de EES	% EES	Nº de Municípios	% Municípios / Total de municípios
RO	240	1,6%	40	75%
AC	403	2,7%	20	87%
AM	304	2,0%	32	51%
RR	73	0,5%	14	88%
PA	361	2,4%	51	355
AP	103	0,7%	13	76%
TO	400	2,7%	84	60%
NORTE	1.884	13%	254	56%
MA	567	3,8%	73	33%
PI	1.066	7,1%	83	37%
CE	1.249	8,4%	134	72%
RM	549	3,7%	77	46%
PB	446	3,0%	101	45%
PE	1.004	6,7%	129	69%
AL	205	1,4%	48	47%
SE	367	2,5%	63	83%
BA	1.096	7,3%	153	37%
NORDESTE	6.549	44%	861	48%
MG	521	3,5%	101	12%
ES	259	1,7%	59	75%
RJ	723	4,8%	82	88%

SP	641	4,3%	147	23%
SUDESTE	2.144	14%	389	23%
PR	527	3,5%	109	27%
SC	431	2,9%	133	45%
RS	1.634	1,9%	270	54%
SUL	2.592	17%	512	43%
MS	234	1,6%	25	32%
MT	543	3,6%	91	65%
GO	667	4,5%	127	51%
DF	341	2,3%	15	83%
CENTRO-OESTE	1.785	12%	258	53%
<b>TOTAL</b>	<b>14.954</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.274</b>	<b>41%</b>

FONTES: Atlas da Economia Solidária no Brasil, 2005.

No que se refere às Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária, o SIES identificou 1.120 entidades onde a maior concentração está na região Nordeste (51%). Importa destacar que as Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária são aquelas organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos econômicos solidários, tais como: capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica e organizativa e acompanhamento. Verifica-se no mapeamento que a participação relativa das entidades nas regiões é semelhante à participação relativa dos empreendimentos. Verifica-se também que mais da metade das EAFs tem abrangência municipal (37%) ou intermunicipal (20%). As EAFs cuja atuação abrange o território nacional correspondem a 10% do total.

Entre os tipos de atividades desenvolvidas pelas EAFs, predominam as de formação (39,5%) e as de articulação/mobilização (34,7%). São entidades que afirmam não possuir nenhum tipo de vínculo com outras organizações sociais e políticas (43,5%), outras que têm vínculo com instituições religiosas (24,0%) ou que estão ligadas ao movimento sindical (11,7%).

Conforme atesta o documento Atlas da Economia Solidária no Brasil (MTE, 2005), “está em curso a constituição de uma importante alternativa de inclusão social pela via do trabalho e da renda e sua principal característica é a combinação da cooperação, da autogestão e da solidariedade na realização de atividades econômicas”. É o mesmo documento que também aponta as grandes dificuldades que limitam a expansão dos empreendimentos, a saber: os processos de produção e comercialização dos produtos e serviços ainda são limitados, influenciando a média de rendimento mensal obtida por grande parte dos participantes da E.S.; há uma grande dificuldade de acesso ao crédito que se adequa às necessidades e possibilidades dos

empreendimentos. Uma outra grande dificuldade refere-se ao fato de ainda não haver uma legislação adequada às características dos empreendimentos, o que dificulta o reconhecimento da sociedade e do Estado.

O segundo mapeamento foi realizado entre 2010 e 2012 e abrangeu os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), as Entidades de Apoio e Fomento (EAF) e as Políticas Públicas de Economia Solidária (PPES).

Este segundo mapeamento identificou 11.663 novos empreendimentos mapeados. Destes, 5.811 (50% declaram ter iniciado suas atividades após o ano de 2004, o que leva-nos a concluir que a E.S. é um fenômeno que apresenta dinamismo social e econômico independente do contexto de crise do desemprego e do fenômeno do desassalariamento que caracterizou o período do seu surgimento nas últimas décadas do século passado. (SENAES, 2013).

Realizado a partir da aplicação de questionário composto por 171 questões, a Base de Informações do SIES (2010 – 2012) concentra-se nas seguintes seções: a) identificação e abrangência; b) características predominantes dos (as) sócios (as); c) características gerais do empreendimento; d) tipificação e dimensionamento da atividade econômica e situação do trabalho dos (as) sócios (as); e) situação do trabalho dos (as) não-sócios (as); f) investimentos, acesso a crédito e apoios; g) gestão do empreendimento; dimensão sociopolítica e ambiental; e h) apreciações subjetivas a respeito dos EES.

Esta nova Base de dados reúne informações de 19.708 EES em contraposição à Base de dados anterior que registrou informações sobre 21.859 empreendimentos. Aparentemente temos uma incoerência de dados o que é desconstruído ao analisarmos a situação do EES a partir do mapeamento realizado em 2005 – 2007 e uma nova realidade apontada em 2010 – 2012, conforme ilustra a tabela 2.

Tabela 2 – Situação do EES Base 2005 – 2007

	Quantidade	Percentual sobre (a)	Percentual sobre (f)
a-) Total Base	21.859	100	
b-) EES não localizados	2.382	11	15
c-) EES que deixaram de existir	3.374	15	22
d-) EES que deixou de atender aos critérios do SIES	1.925	9	12
e-) EES incluídos na Base 2010-2012	7.839	36	51
f-) Sub-Total	15.520	71	100
g-) EES sem informações	6.339	29	

Fonte: Base de dados SIES/MTE 2010-2012

Conforme aponta Gaiger (2013), no que se refere a conhecimento de Economia Solidária os dois mapeamentos fornecem um material valioso para que as deficiências neste campo de práticas sejam superadas, mas no estado atual do conhecimento sobre a Economia Solidária no Brasil. Para ele:

Os levantamentos disponíveis a respeito não oferecem bases amplas de informações e foram realizados sem continuidade e sistematicidade, impedindo comparações entre os dados. Assim, muito pouco se pode afirmar sobre a população estatística da E.S. (GAIGER, 2013)

Dessa forma e concordando com Gaiger, apresentamos aqui os dados do 2º mapeamento com o objetivo de atualizar o conhecimento produzido sobre este campo de práticas e não de comparar informações. Assim, podemos afirmar que, no que refere os tipos de organização dos empreendimentos:

Tabela 3 – Tipo de Organização

Forma de Organização	Quant.	%
Grupo Informal	6.018	30,5
Associação	11.823	60,0
Cooperativa	1.740	8,8
Sociedade mercantil	127	0,6
<b>Total</b>	<b>19.708</b>	<b>100</b>

Fonte: Base de dados SIES/MTE 2010-2012

Chama a atenção na tabela 3, a quantidade de empreendimentos declarados Grupo Informal (30,5%), é o caso do grupo de EES que é apresentado no capítulo “As Beijuzeiras da Tapera” que não sendo registrada atua como uma extensão da Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Quilombola da Tapera Melão inclusive fazendo uso do seu CNPJ para captação de recursos, emissão de nota fiscal, dentre outros.

De acordo com o mapeamento 2010 – 2012, mais de 40% dos EES se localizam na região Nordeste. Nas regiões Norte, Sudeste e Sul a distribuição é bastante próxima (15,9%; 16,4% e 16,7% respectivamente). Já na região Centro-Oeste os 2.021 EES representam 10,3% do total.

Do total dos EES a maioria atua na área rural (54,8%). Hoje registrados 10,4% que atuam nas áreas rural e urbana e 34,8% atuam só na área urbana. O mapeamento indica que apenas na região Sudeste predominam os EES que atuam na área urbana com 61% desses empreendimentos.

Dos 19.708 EES do SIES estão associadas 1.423.631 pessoas, uma média de 72 pessoas associadas por Empreendimento. Nesta constituição observa-se o predomínio dos homens (56,4%) em relação às mulheres (43,6%).

Tabela 4 - Quantidade de Sócios e distribuição segundo o Sexo.

Sexo	Quantidade	%
Mulheres	620.258	43,6
Homens	803.373	56,4
<b>Total</b>	<b>1.423.631</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Base de dados SIES/MTE 2010-2012

Um dado que chama a atenção é a quantidade de empreendimentos que declaram serem formados por povos e comunidades tradicionais, totalizando 2.223 empreendimentos. Porém este dado carece de maiores estudos, visto que não há possibilidade de definir quantos empreendimentos são formados por quilombolas, pois no mapeamento observa-se uma inconsistência no uso de termos “população negra” e “povo ou comunidade tradicional”. Para fins de esclarecimento a categoria “povo ou comunidade tradicional” refere-se a

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007)

Nesta categoria estão incluídos quilombolas, pomeranos, ciganos, comunidades de fundo de pasto, etc. Assim há uma indefinição quanto ao enquadramento como povo ou comunidade tradicional na medida em que o empreendimento não declara ser formado por quilombolas.

Na construção de Políticas Públicas para a Economia Solidária outro importante instrumento é o Cadsol – Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários. Insti-

tuído pela Portaria nº 374, de 21 de março de 2014, este tem por finalidade “o reconhecimento público dos Empreendimentos Econômicos Solidários de modo a permitir-lhes o acesso às políticas públicas nacionais de economia solidária e demais políticas, programas públicos de financiamento, compras governamentais, comercialização de produtos e serviços e demais ações e políticas públicas a elas dirigidas” (MTE, 2014)

Observa-se neste documento uma caracterização de E.E.S diferente da proposta por Schiochet, Silva e Bertucci (2008) já explicitada neste trabalho, pois enquanto estes consideram a existência de dois tipos de EES com características que vão desde à prestação de algum tipo de serviços ao domínio e propriedade coletiva dos bens dentro do empreendimento, a portaria nº 374/2014, considera como aptas a requisitarem o cadastramento como Empreendimento Econômico Solidária “aquelas organizações que possuem concomitantemente as seguintes características: organizações de caráter associativo que realizam atividades econômicas, cujos participantes sejam trabalhadores do meio urbano ou rural e exerçam democraticamente a gestão das atividades e a alocação dos resultados.” (MTE, 2014). Portanto ao nosso ver, há uma simplificação da caracterização de E.E.S no Cadsol.

### **3.2 – Retrato da Economia Solidária na América Latina – As contribuições de Singer, Razeto, Coragio e França Filho.**

Os dados do SIES mostram uma realidade da Economia Solidária no Brasil formada em grande medida por grupos e organizações pequenas, pobres, muitas vezes informais, embora esta não seja a única face da ES no Brasil, pois foram identificadas também inúmeras organizações de grande e médio portes localizadas na região Sul e Sudeste. Em outros países da América Latina as semelhanças com a realidade brasileira permanecem e a E.S. é constantemente interpretada como resistência dos chamados “setores populares” à crise estrutural do trabalho, ao recuo das políticas sociais e ao aumento da pobreza, por meio de iniciativas autônomas de sobrevivência e trabalho. (RAZETO, 1984; GAIGER, 1996; CORAGIO, 1994).

Nas últimas décadas do século XX, o contingente de pobres que já existia na América Latina não só aumentou de modo expressivo, como se transformou estruturalmente, passando a englobar também pessoas com algum tipo de inserção no mundo do trabalho e consumo. Este quadro tem relação direta com a emergência do conceito de “economia popular”, aqui entendida conforme Singer (2003) como conjunto de atividades econômicas realizadas por

indivíduos, famílias e grupos dos chamados setores populares, normalmente existentes nos bairros pobres e periféricos das cidades de países em desenvolvimento.

Um dos primeiros autores a tratar de economia popular e economia solidária na América Latina, o chileno Luis Razeto (1993) entende que: “Excluído tanto da possibilidade de trabalhar quanto de consumir na economia formal e colocado diante de agudo problema de subsistência, o mundo dos pobres ativou-se economicamente”, e assim emergem diversas iniciativas e organizações que configuram o que ele chama de economia popular.

Nos seus diversos textos produzidos desde meados dos anos 1980, Razeto constrói uma espécie de “tipologia da economia popular”, que entre outras formas, inclui pequenos grupos ou associações que empregam de modo coletivo seus limitados recursos para desenvolver atividades que satisfaçam necessidades de trabalho, alimentação, saúde, educação, moradia, etc. Para designar especificamente estas formas associativas de economia popular, Razeto propõe o termo organizações econômicas populares (OEPs)<sup>18</sup>

Para Razeto, as formas econômicas associativas não são a única opção dos setores populares para a crise do trabalho:

As organizações econômicas populares são apenas uma parte desse mundo popular e dessa realidade da pobreza economicamente ativada. Porém, é possível observar que desde estas experiências associativas e grupais se abre um processo mais amplo que, aos poucos, pode ir englobando mais setores da economia popular numa perspectiva da economia solidária. (RAZETO, 1993)

Nas chamadas OEPs a característica marcante não é a posse de capital, mas, ao invés, a carência deste, por isso, a distribuição dos excedentes costuma atender apenas o número para a subsistência. Neste sentido, Razeto e outros autores entendem que o objetivo não seria a acumulação de capital, mas atender as necessidades (imediatas ou integrais) do grupo, e daí vem a centralidade do trabalho, pois ali, “o trabalho é o único fator disponível, sendo os outros fatores – meios materiais, tecnologias, capacidades de gestão, financiamento – tão escas-

---

<sup>18</sup>A tipologia de Razeto inclui: 1) formas associativas chamadas de OEPs, por exemplo: talleres laborales (pequenas unidades de produção e comercialização de bens e serviços); organização para a obtenção/preparação de alimentos, ou soluções de moradia ou serviços de infraestrutura, ou atender coletivamente problemas de saúde, educação, lazer, etc. em bairros pobres; 2) micro empreendimentos de caráter individual, familiar ou de dois a três sócios; 3) iniciativas individuais informais de produção, serviços ou comercialização em pequena escala, muitas vezes ligadas ao comércio formal (comércio ambulante, serviços domésticos, “bicos”); 4) soluções assistenciais (da mendicância às organizações de caridade); e chega a citar 5) atividades ilegais ou mesmo criminosas como formas de resistência à pobreza.

sos e pequenos que mal poderiam constituir o centro de nada” (RAZETO, 1993 apud CRUZ 2007). Por essa razão, Razeto sustenta que nas formas associativas de economia popular, ou em pelo menos parte delas, existe uma “racionalidade econômica especial”, uma “lógica interna sustentada em tipos de comportamento e práticas sociais em que a solidariedade ocupa um lugar e uma função central” (RAZETO, 1999 apud CRUZ 2007).

Para Razeto a Economia Solidária pode ser identificada como uma busca por uma nova estrutura de sociedade que seja capaz de construir uma nova relação estrutural entre economia, política e cultura, em que a solidariedade – entendida aí como democratização das três esferas de vida social – seja elemento ético fundador e preponderante.

Razeto é responsável por um dos marcos da contextualização do fenômeno da ES. através do texto intitulado “Empresas de Trabajadores y Mercado Democrático” (1984), onde se presume haja aparecido pela primeira vez, na América Latina o termo economia da solidariedade (CRUZ, 2007). Na sua concepção, a exclusão social específica da evolução do sistema capitalista na América Latina estava produzindo uma “economia popular” que começava a dar lugar, por sua vez a uma “economia da solidariedade”.

Já no final dos anos 80 e começo dos 90, outros investigadores, em outros países da América Latina, também começam a investigar o fenômeno que lhes despertava interesse e dúvida ao mesmo tempo, pois comportava simultaneamente características presentes em outras experiências não convencionais e ao mesmo tempo, que traziam traços de inovação e novidade.

Dentre os pesquisadores que debruçam-se sobre o tema da E.S. na América Latina, além de Luís Razeto, podemos citar o argentino José Luís Coraggio que parte das observações empíricas relativas ao desenvolvimento da economia urbana no chamado “carbono bonaerense” (a “grande Buenos Aires” – um conglomerado urbano com cerca de 10 milhões de habitantes). Seus estudos focavam nas estratégias de sobrevivência levadas a efeito pela população mais pobre das cidades periféricas do referido conglomerado (CRUZ, 2007). Dentro da Universidade Nacional de General Sarmiento, na qual foi reitor, definiu a economia popular como um conjunto de atividades econômicas realizadas pelos trabalhadores e suas famílias para melhorar suas condições de vida. Segundo ele, esta economia popular teria como núcleo a unidade doméstica, sendo incluída na família as pessoas com relacionamento por afinidade, não só por laços consangüíneos, “dentro desta economia estão presentes atividades não eco-

nômicas, mas sim a reprodução ampliada da vida, tais como as organizações de reivindicações coletivas e atividades de educação, cultura e lazer”. (BACIC, 2008).

Segundo Cruz (2007) Coraggio faz uma ressalva, afirmando que a economia popular ainda não pode ser chamada de solidária, pois está cravada dentro do sistema capitalista. Ele propõe a separação da economia em três subsistemas distintos: economia empresarial,<sup>55</sup> economia pública e economia popular. Para ele, com o desenvolvimento, essa última se tornaria a economia do trabalho, a qual em situação de igualdade com as outras duas, seria responsável por dar o caráter solidário à sociedade. Vê-se com isso, que o autor acredita que esse processo só ocorrerá, se houver o apoio às iniciativas populares e solidárias locais e a garantia da sua propagação. Para isso, é preciso pensar em transformações estruturais e injeção de recurso, obviamente.

Conforme acentua Cruz (2007) o pensamento de Coraggio enfatiza as condições específicas como os sujeitos coletivos representados pelos movimentos populares organizam sua forma de resistir e construir alternativas, “o que em termos econômicos implica centrar-se não tanto no modelo de acumulação de capital, mas na economia popular, orientada para a reprodução não do capital, mas senão da vida.” (CORAGGIO, 1991 apud CRUZ 2007). Importante ressaltar que as primeiras formulações do autor começa a ocorrer a partir das transformações produzidas pela política liberalizante do Regime Militar na Argentina (1976 – 1983) que haviam produzido efeitos significativos na organização do espaço urbano da GBA, como de resto em toda organização social argentina. O autor enfatiza que:

Este tipo de búsqueda supone partir no de um modelo mecosocial sino de la multiplicidade de prácticas económicas generalizadas por las mosas em estos años, se cultura y sus múltiples formas organizativas (economía doméstica, movimientos corporativos, redes de solidaridad, también partidos políticos, etc.) Implica también volorar el conocimiento que los múltiples agentes de la organizacion económica y cultural popular tiénen sobre los procesos inmediatos de reproducción y sobre la economía tal como se aprecia desde esa perspectiva, y enfrenta la tentación de mistificar la sabiduría popular. Este tipo de aproximación se moveria com largos plazos – como supone el cambio cultural – o directamente sin consideración de plazos. (CORAGGIO, 1991 apud CRUZ 2007)

A proposição de Coraggio, embora desperte simpatias ideológicas, sobretudo, na ocasião em que foi apresentada durante o Fórum São Paulo<sup>19</sup> constitui-se uma proposta complexa na medida em que propõe uma “autonomização relativa” da economia popular em relação à economia mercantil/capitalista, da mesma forma que a cultura popular deveria autonomizar-se em relação à cultura dominante. (CRUZ, 2007). Como resposta política a uma situação conjuntural desfavorável aos movimentos sociais, a proposição de Coraggio, trazia consigo fragilidades importantes relativas à própria capacidade que estes grupos teriam de afrontar o capitalismo.

Entretanto, ao longo da década de 90, Coraggio ensaia a formulação de uma proposta de desenvolvimento – centrada no “local” – a partir da economia social. Nessa formulação do autor, Economia social passa a ser significada como um conjunto amplo de iniciativas, relações e redes, formado por empreendimentos de tipos diversos: informais, familiares, cooperativos, autogestionários, clubes de troca, etc. definidos a partir de uma predominância do fator trabalho como elemento de reprodução. (CRUZ, 2007)

A chamada “Economia de trabalho” (CORAGGIO, 2009, p. 120), só pode ser compreendida traçando-se um contraponto com a economia do capital, pois esta gerou, entre outros efeitos, um modo de organização e um sentido de trabalho específicos, próprios desta época chamada capitalismo. O que Coraggio propõe é uma economia aonde estão inseridas as formas de organização da produção de acordo com uma lógica reprodutiva da vida.

Coraggio (2009) chama a atenção para o fato de que a realização social de um outro trabalho, enquanto capacidade subjetiva dos trabalhadores associados a auto-gestionários, implica uma mudança cultural, não apenas das valorações acerca do trabalho independentemente de padrões, mas dos comportamentos dos cidadãos no mercado, orientados pela reprodução da sua vida imediata.

No Brasil o economista Paul Singer, ao longo das duas últimas décadas vem defendendo a ES como uma alternativa ao capitalismo. Segundo ele, uma vez consolidada, a ES poderia “competir” com o sistema de produção capitalista. Sua participação nos movimentos sociais, no final dos anos 70 e ao longo dos anos 80 e os seus estudos sobre a chamada “eco-

---

<sup>19</sup> O Fórum de São Paulo se constituiu em 1990, quando o Partido de Trabalhadores (PT – Brasil) convocou outros partidos da América Latina e Caribe com o objetivo de debater a nova conjuntura internacional pós-queda do Muro de Berlim e as consequências da implantação de políticas neoliberais pela maioria dos governos da região. Nesse sentido, a proposta principal foi discutir uma alternativa popular e democrática ao neoliberalismo, que estava entrando na fase de ampla implementação mundial. ([www.forosaopaulo.org](http://www.forosaopaulo.org))

nomia urbana”, na década de 60, foram decisivos para que o economista pudesse desenvolver uma discussão mais ampla sobre a macroeconomia e as alternativas de desenvolvimento.

Da experiência de Singer como Secretário de Planejamento do município de São Paulo, na gestão de Luiza Erundina, surgem suas formulações que articulam ao mesmo tempo, o espaço urbano e as relações que existem entre crescimento, emprego e desenvolvimento. Dessa experiência na prefeitura paulistana nasceria a ideia, já em meados dos anos 90 de buscar reunir os desempregados nas regiões periféricas da cidade para a formação de cooperativas de trabalho capazes de reinserir os trabalhadores no mercado formal.

Com a elevação progressiva dos índices de desemprego a partir de 1995/96, Singer reforça a importância das cooperativas como forma de combate ao desemprego e à precarização. Na visão do economista, a ES poderia ser uma forma de gerar renda a partir da abertura de espaços alternativos de mercado.

Em 1997, Singer escreve um artigo onde apresenta um conjunto de experiências alternativas no campo de inclusão social, que opondo-se às políticas compensatórias, possuem um caráter emancipatório. Ele qualifica essas iniciativas como Economia Solidária. No referido artigo, o autor foca em propostas alternativas de combate ao desemprego, destacando os chamados “clubes de troca”, identifica outras formas de associativismo como empresas autogestionárias e cooperativas populares. Segundo ele:

Tudo leva a acreditar que a Economia Solidária permitirá ao cabo de alguns anos, dar a muitos que esperam em vão um novo emprego a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria, individual ou coletivamente. [...] Se a ES se consolidar e atingir dimensões significativas, ela se tornará competidora do grande capital em diversos mercados. O que poderá recolocar a competição sistemática, ou seja, a competição entre um modo de produção movido pela concorrência intercapitalista e outra movimentada pela cooperação entre unidades produtivas de diferentes espécies por laços de solidariedade. (SINGER 1997, apud CRUZ 2007 )

Em seu livro “Introdução a Economia Solidária” (2002), Singer procura estabelecer um elo histórico entre a gênese do cooperativismo do século XIX e a Economia Solidária nas últimas décadas do século XX e começo do XXI. Ao fazer isso, Singer procura demonstrar que o crescimento da cooperação econômica entre os trabalhadores, nos dois momentos, coincidiu com etapas de crise do capitalismo, e sustenta que as “relações solidárias” de produção são contraditórias com as relações capitalistas de produção. Apesar desta constatação, o autor

adverte sobre uma necessidade histórica de convivência de ambos por um duradouro período, ainda:

A questão que se coloca naturalmente é como a economia solidária pode se transformar de um modo de produção intersticial, inserido no capitalismo em função dos vácuos deixados pelo mesmo, numa forma geral de organizar a economia e a sociedade, que supere sua divisão em classes antagônicas e o jogo de gato e rato da competição universal. [...] A ES teria que gerar sua própria dinâmica em vez de depender das contradições do modo dominante de produção para lhe abrir caminho. (SINGER: 2003, p. 116)

A presença de relações sociais atípicas no interior do capitalismo reporta-nos à novas aprendizagens tendo em vista o projeto de sociedade subjacente a tais práticas. E essa aprendizagem deve ocorrer de forma coletiva e fundamentada nas inúmeras práticas de ES que estão sendo realizadas nas mais diferentes partes do mundo e que seguem o princípio marxiano do trabalho como princípio educativo.

Na mesma direção de Singer e reforçando a existência de uma dimensão política nas ações da Economia Solidária, França Filho (2002) acrescenta que a noção de E.S remete a nova perspectiva de regulação, colocada como uma questão de escolha de um projeto político da sociedade. Para ele, admitir a possibilidade de uma outra forma de regulação social através da E.S, significa reconhecer uma outra possibilidade de sustentação das formas de vida de indivíduos em sociedade, não centrada nas esferas do Estado e do mercado. A tese defendida por França Filho (2002) é a de que temos uma outra forma de regulação da sociedade, pois a E.S articula diferentes racionalidades e lógicas na sua ação, com suas mais variadas fontes de captação de recursos. Ao seu ver, trata-se do fenômeno chamado de hibridação de economias, isto é, a possibilidade de combinação de uma economia mercantil, não-mercantil e não monetária. Isso se dá porque nas experiências de E.S em geral, existem ao mesmo tempo: venda de um produto ou prestação de um serviço, o que caracteriza recurso mercantil, subsídios públicos (recurso não-mercantil) e trabalho voluntário (recurso não monetário).

Outra característica das iniciativas de E.S que contribuem com a afirmação de que temos com estas iniciativas um outro modo de regulação de vida em sociedade é a construção conjunta da oferta e da demanda. França Filho (2002, p. 14) aponta que:

Diferentemente do que ocorre na lógica da economia de mercado, que funciona na base de uma separação abstrata entre oferta e demanda (que supostamente viriam a se harmonizar por obra e graça divina, da tão sonhada não invisível smithiana, o que, entretanto, nem sempre acontece na realidade, no caso da economia solidária a oferta ou os serviços prestados através das iniciativas vinculam-se exclusivamente às necessidades ou demandas reais vividas localmente pela população. Portanto, o motor da geração de atividades econômicas ou da criação de oferta não é a lógica de rentabilidade), no caso da economia solidária a oferta ou os serviços prestados através das iniciativas vinculam-se exclusivamente às necessidades ou demandas reais vividas localmente pela população. Portanto, o motor da geração de atividades econômicas não é a lógica de rentabilidade do capital investido na ação, mas o desejo do atendimento das reais necessidades/demandas exprimidas pelos grupos locais. A ideia da economia solidária reflete assim a própria ação desses grupos locais na sua tentativa de auto geração de riqueza, ou seja, de tentativa de resolução das suas problemáticas sociais. (FRANÇA FILHO, 2002, p. 14)

A economia solidária tem sido constantemente estudada em toda a América Latina por conta da singularidade das experiências e da sua estrutura organizacional em que a solidariedade constitui a base fundamental sobre a qual se desenvolvem as atividades e se fortalece o liame social.

Não obstante seu potencial como estratégia de desenvolvimento, muitos ainda são os desafios que os territórios enfrentam ao optarem por esta estratégia. A seguir analisamos como tem sido o percurso da Tapera Melão ao assumir a E.S como eixo estruturante para a sua proposta de desenvolvimento e quais são os desafios atuais para a comunidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS - REFLEXÕES ACERCA DO PROCESSO DE AUTO-ORGANIZAÇÃO DA TAPERA MELÃO**

Compartilhamos com Singer (2004) a visão de que o desenvolvimento é um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento em favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da função dos resultados da mesma. Assim, identificamos no caso da Tapera Melão processos embrionários de um tipo de desenvolvimento que se insere na inscrição de Singer onde pode-se registrar um processo crescente de auto-organização comunitária, a emergência de novas relações de produção, uma valorização das formas tradicionais de sociabilidade, o coletivismo nas práticas econômicas, religiosas e políticas, a criação e a centralidade da sua instituição política, neste caso a Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Quilombola da Tapera Melão.

A comunidade quilombola Tapera Melão enquadra-se na categoria denominada de “povos e comunidades tradicionais”, pois trata-se de “um grupo culturalmente diferenciado e que se reconhece como tal, que possui forma própria de organização social, que ocupa e usa o território e os recursos naturais, como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica” (BRASIL, 2007). Embora o tema das comunidades tradicionais esteja presente na agenda pública brasileira notadamente a partir da Constituição de 1988, a implementação de políticas que favoreçam e recuperem os danos causados pelo próprio Estado brasileiro tem sido ainda muito tímida. Ainda é muito recente a presença do Estado nas comunidades quilombolas e isto pode ser visto através da inexistência de serviços básicos como acesso a água potável, a escolarização precária, a falta de acesso a serviços de saúde, dentro da própria comunidade, a ausência de saneamento básico, de opções de lazer, dentre outros.

Diante do exposto nos capítulos anteriores que demonstram uma forte intersecção entre a sociabilidade dos quilombolas da Tapera, um processo crescente de auto-organização comunitária e a identificação com os princípios da economia solidária vemos que este é um território onde estão sendo gestadas experiências de desenvolvimento pautadas pela autogestão da própria comunidade. Evidentemente que este processo é marcado por avanços, recuos, desafios por tratar-se de uma lógica contra-hegemônica. Essa contra-hegemonia reside no fato de romper com uma lógica dominante que dá conta de que para combater a falta de traba-

lho é preciso partilhar de uma concepção de desenvolvimento, que França Filho (2008) denomina de “concepção insercional competitiva” em que as soluções para este problema são construídas em torno da idéia de inserção pelo econômico. Para tanto, aposta em saídas individuais para a falta de trabalho, valoriza os circuitos formais da economia e a qualificação profissional como forma de acesso ao chamado mercado de trabalho. Nesta perspectiva, acaba em muitos momentos enaltecendo o discurso do empreendedorismo privado como se esta fosse uma capacidade possível de ser desenvolvida indistintamente em todos os indivíduos.

Em outra direção, e partilhando de uma concepção que o mesmo França Filho (2008) denominou de “concepção sustentável – solidária” defende que as redes de ES enfatizam que as soluções para a falta de trabalho não podem ser individuais, baseadas numa suposta capacidade empreendedora privada. A concepção sustentável-solidária do desenvolvimento considera que as soluções para a falta de trabalho não podem ser individuais. Esta constatação está intrinsecamente relacionada ao fato de que as razões para o desemprego são, sobretudo, de natureza estrutural, relativas a própria lógica excludente do sistema econômico predominante e é por isso que é preciso substituir inserção ou inclusão pela construção de uma outra economia. (CATTANI, 2009; SINGER, 2008; FRANÇA FILHO, 2008), em que as soluções de enfrentamento do problema da falta de trabalho sejam coletivas, baseadas em novas formas de regulação das relações econômica-sociais.

Nesta visão, considera-se como premissa fundamental, a valorização de soluções endógenas (SACHS, 2006, DAWBOR, 2007) e assume de maneira contundente a ideia de que todo local ou comunidade, por mais pobre que seja, pode ser portador de soluções para os seus próprios problemas (MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2003). E é desta forma que tal concepção enfatiza a importância dos territórios, na medida em que aposta na capacidade dos mesmos serem sustentáveis, mesmo aqueles aparentemente mais carentes.

A proposta de desenvolvimento local da Comunidade da Tapera Melão, pode estar pautada na construção de uma rede territorial de ES, pois refere-se a uma mesma base territorial, podendo haver articulação de empreendimentos e /ou iniciativas de ES em diferentes âmbitos de atração: consumo ético, produção autogestionária e serviços locais, finanças solidárias, tecnologias livres, entre outros.

França Filho (2009) define Rede de Economia Solidária como sendo “uma associação ou articulação de vários empreendimentos, ou iniciativas de ES com vistas a constituição de um circuito próprio de relações econômicas e intercâmbio de experiências e saberes formativos”. Segundo ele, são dois os principais objetivos de uma rede: “ permitir a sustentabilidade

dos empreendimentos e ou iniciativas de Economia Solidária e fortalecer o potencial endógeno de um território quanto à sua capacidade de promoção do seu processo de desenvolvimento”.

Vale ressaltar que este tipo de rede supõe articulação entre iniciativas de várias naturezas, iniciativa socioeconômica, sociopolítica, socioculturais e socioambientais, constituindo por essa razão, como uma estratégia complexa de cooperação para o desenvolvimento local (FRANÇA FILHO; CUNHA, 2009) na medida em que busca mobilizar e evidenciar os distintos saberes e fazeres da comunidade, costurados no interior de um tecido de relações sociais, econômicas, políticas e culturais pré-existentes.

É nesta articulação entre iniciativa de distintas naturezas que é forjado um novo agir econômico.

As redes induzem a constituição de circuitos próprios de comercialização e produção e com isso criam uma nova modalidade de regulação econômica, o que supõe uma outra forma de funcionamento da economia. Nesta, a competição como princípio regulador de relação entre os agentes perde o sentido, isto porque a construção da oferta é articulada de acordo com as demandas previamente colocadas num determinado contexto territorial. (FRANÇA FILHO, 2007)

Neste território a preservação da cultura e a valorização da identidade étnica são pressupostos básicos para a vida comunitária, inclusive no que se refere às relações de trabalho. A comunidade Tapera Melão abriga o grupo de Economia Solidária Beijuzeiras da Tapera, composta por 19 mulheres, com idades que variam entre 20 a 65 anos que produzem os tradicionais beijos dos mais variados sabores, bolos, biscoitos que são comercializados na feira livre do município de Irará e estão vinculadas aos programas governamentais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)<sup>20</sup> e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)<sup>21</sup>. Vale ressaltar que estes dois programas federais são duas possibilidades de comercialização direta entre os grupos de economia solidária e os órgãos governamentais, impedindo assim a ação de atravessadores e estimulando a produção local.

Abaixo descrevemos a experiência das Beijuzeiras da Tapera considerada um desdobramento da Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Quilombola da Tapera Melão e que, ao nosso ver é um embrião para outras iniciativas de economia solidária na comunidade.

---

<sup>20</sup> Programa capitaneado pelo Governo Federal em parceria com as prefeituras que visa assegurar o suprimento das necessidades nutricionais diárias dos estudantes para contribuir para uma melhor aprendizagem e favorecer a formação de bons hábitos alimentares em crianças, adolescentes e jovens. Tudo isso dentro do espírito de uma política de segurança alimentar e nutricional.

<sup>21</sup> O programa de Aquisição de Alimentos foi instituído pela Lei 10.696, de 2 de Julho de 2003. Nele o governo estabelece a possibilidade de aquisição de produtos de agricultores enquadráveis no PRONAF sem a necessidade de Licitação.

### a) As Beijuzeiras da Tapera – Primeira experiência com Economia Solidária

**FIGURA 16 - Beijuzeiras da Tapera na feira**



Como um grande avanço para o desenvolvimento da Comunidade da Tapera, destaca-se a formação do grupo de Economia Solidária Beijuzeiras da Tapera, formada essencialmente por mulheres que produzem beijus, bolos e bolachinhas a partir da mandioca, principal produto cultivado no município de Iará. Conforme conta uma das líderes do grupo, ele surge do esforço dessas mulheres para se fortalecer mutuamente e garantirem a ampliação da renda dessas mulheres.

O grupo Beijuzeiras da Tapera começou assim: A gente já trabalhava individual, cada pessoa trabalha em sua casa. Ai a gente foi convidada através da EBDA pra participar de uma Feira Nacional da Agricultura Familiar no Rio de Janeiro. Aí a gente se juntou com outros grupos pra trabalhar no coletivo lá, na feira, pessoas que a gente nem conhecia, de outros municípios. Foi eu e Vanessa aqui da comunidade. Aí quando a gente chegou lá a gente achou legal trabalhar no coletivo. A gente viu lá que com pessoas de outro município deu certo, imagine aqui como o pessoal da própria comunidade. Chegou aqui a gente juntou e conversou com todo mundo que trabalhava com beiju na época e começou a discutir isso, da gente trabalhar junto. Aí depois a gente trabalhou na Feira da Mandioca aqui em Iará, junto já. E depois apareceu a proposta do PNAE e aí a gente falou, a gente vai trabalhar junto pra ver se vai dar certo e aí a gente se juntou, começou a trabalhar e está até hoje. ( Depoimento de Maria de Fátima Bispo, 33 anos, em 20/11/2013 )

A temática da Economia Solidária ainda é muito pouco conhecida no município de Ipirá, embora esforços de outros grupos que a partir da experiência das beijuzeiras começam a ser formados. Dessa forma, os próprios grupos tem procurado estabelecer parcerias com órgãos governamentais e as próprias associações de moradores, como é o caso das beijuzeiras que tem na Associação de Produtores Rurais da Tapera Melão seu maior parceiro conforme o depoimento abaixo:

Todo mundo participa da associação e sempre quando a gente trabalha e dá um lucro bom, a gente também dá uma porcentagem a associação, porque se a gente anda através da associação, a gente tem que olhar por ela, e a associação não anda sem recurso. E a gente também não tem CNPJ, a gente trabalha com o CNPJ da associação. Tudo que a gente faz aqui no grupo é através da associação. (Depoimento de Maria de Fátima Bispo, Em 20/10/2013)

Na avaliação das mulheres do grupo, a Economia Solidária tem um enorme potencial para o desenvolvimento da comunidade, haja vista que esta trata-se não apenas de uma forma de fazer economia, mas uma maneira de garantir os laços afetivos tão caros a esta comunidade.

O trabalho coletivo é bem melhor de ser realizado, porque eu trabalhando só é uma coisa, trabalhando mais de uma pessoa é diferente. Tem pessoas aqui que não trabalhavam. Quando a gente começou, a gente começou só com quem fazia beiju e hoje não. Eu tenho uma colega que quando eu cheguei na casa dela, ela cozinhava lá fora, em cima de uma tábua, como a gente chama aqui um estaleiro e botava duas trempe pra cozinhar. Eu achei aquilo uma coisa absurda, aí eu falei assim, vambora fulana trabalhar com a gente e ela, ah mas eu não sei fazer nada. Aprende. Hoje você vê a melhora de vida né, já tem geladeira. Mesmo sendo pouco, mas aqui é dinheiro certo que você recebe, você pode fazer alguma coisa por você mesma e pela comunidade. Porque igual essa moça que eu citei, ela vivia lá, quando ela veio participar, a vida dela melhorou. Eu acho que ajuda tanto ao grupo quanto a comunidade em si. E hoje a gente tá com 19 pessoas mulheres, a gente começou com 9. Então acho que é uma coisa que ajuda muito a comunidade. Além de ser uma coisa divertida, a gente trabalha junto é muito bom, aumenta a nossa autoestima, a gente tem o nosso dinheirinho, não precisa tá somente dependendo dos homens porque hoje, entre aspas, os homens estão quase piores do que as mulheres e hoje as mulheres estão mais buscando uma melhora de vida, não estão mais no comodismo e estão procurando o melhor pra si. Mesmo porque quem vê a dificuldade da casa é a mulher, os homens nem se tocam pra isso, né. A mulher as vezes que lavar uma roupa e não tem um sabão, a mulher que tá ali as vezes quer ter uma geladeira, quer ter um fogão melhor e os homens não são muito voltados pra isso e essas coisas ajudam muito as mulheres nessa parte. (Depoimento de Maria de Fátima Bispo, 33 anos, em 20/11/2013)

Observamos nas falas das integrantes o desejo de continuarem a produzir e a comercializar seguindo os princípios da E.S o que remete ao tema da construção e do fortalecimento de Políticas Públicas para a área , já debatido anteriormente . Vale lembrar que no Brasil, a

despeito da recente construção de Políticas Públicas para a Economia Solidária, esta é uma área que ainda necessita de fortes incentivos para a sua consolidação tais como financiamentos específicos para as atividade de produção, comercialização, aquisição de equipamentos, adequação de instalações físicas para as atividade de produção e de comercialização, etc. Além de mais investimentos no que tange à formação/capacitação dos integrantes dos empreendimentos, e adequação da legislação tributária e sanitária para o funcionamento satisfatório dos grupos, muitos deles também enfrentam o problema da falta de infraestrutura para funcionarem. É o caso das beijuzeiras. Para a produção dos beijos, bolos e bolachinhas elas utilizam duas casas de farinha que pertencem à duas integrantes dos grupo que não preenchem os pré-requisitos exigidos pela vigilância sanitária do município para a produção de alimentos, conforme registra Vanessa Bispo, integrante do grupo:

Hoje são 20 pessoas no grupo, 19 mulheres e 1 homem. Esse homem faz todos os serviços, desde compra da produção, ele faz tudo, do mesmo jeito que as mulheres. A gente sempre tá trabalhando coletivamente. A gente produz os beijos aqui, que a gente tem essa casa de farinha e na casa de Vanessa, outra integrante do grupo. Cada casa de farinha pertence a uma pessoa, só que a gente não tem problema de trabalhar nessas casas sabe, mas se a gente tivesse uma casa de farinha arrumada seria melhor porque era do grupo, apesar de que a gente não tem este problema de individualismo porque é de outras pessoas, mas seria melhor porque seria um espaço mais adequado e seria do grupo. (Depoimento de Vanessa Bispo, em 20/11/2013 ).

O grupo das Beijuzeiras da Tapera é uma das poucas alternativas de inserção das mulheres rurais numa atividade econômica associativa registrada no município de Iará e tem inspirado outras experiências como o Grupo de Mulheres da Comunidade da Sucupira e o Grupo de culinária Raízes da terra , da comunidade do Candéal. Nestas experiências, mulheres rurais trabalham com o beneficiamento de produtos da agricultura local e comercializam nas suas comunidades, nas feiras, em eventos no município e fora dele. Vale salientar que assim como o grupo de Beijuzeiras da Tapera, os grupos da comunidade da Sucupira e do Candéal nasceram a partir das discussões dentro das suas respectivas associações comunitárias como forma de responder ao problema da falta de geração de renda para as mulheres rurais. Estes também não são grupos formalizados e utilizam o CNPJ da associação . Apesar dessas aproximações, são 3 grupos que atuam de forma isolada e que até o momento não conseguiram promover nenhum tipo de articulação entre si.

**FIGURA 17 - Plantação de Mandioca na Tapera Melão**

Como tradicionalmente acontece no meio rural, há a divisão clara do trabalho entre homens e mulheres e a estas cabe o beneficiamento dos produtos que podem ser fabricados a partir da extração da raiz da mandioca.

Medeiros (2006) apresenta uma concepção de economia solidária que afina-se com as práticas de sociabilidade vivenciadas pela comunidade quilombola da Tapera Melão e a emergência de um gestão social deste território articulada com os valores cultivados ancestralmente pelos moradores . Assim sendo, a pesquisadora apresenta a ES ao lado da economia popular, como tendo:

Na sua essência valores sociais e políticos para além da sua viabilidade econômica , enquanto negócio , pos trazem consigo laços de reciprocidade e solidariedade. Compreende-se , também , que essas iniciativas e práticas vão além da geração de renda , porque reivindicam direitos sociais e vinculam as suas conquistas às transformações sociais e políticas para si e para os outros . Associam assim , o direito econômico à luta pela democracia. ( MEDEIROS et ali , 2006 ).

A partir de tal argumentação vemos que os caminhos do modo de vida da comunidade da Tapera Melão e o modo de operar da ES enquanto possibilidade de organização sociopolítica e da própria economia local se cruzam e se complementam na medida em que privilegiam o “ Bem viver ” ( FBES , 2013 ) para além da busca desenfreada pelo lucro.

Evidentemente , que quando se fala em estimular e fortalecer a ES na Tapera Melão não se excluem as ações que articulam instrumentos das várias áreas do governo e do Estado ( educação , saúde , meio ambiente , trabalho , habitação , desenvolvimento econômico , tecnologia , crédito e financiamento , entre outros ) , mas a criação de um contexto liderado pela própria comunidade onde as premissas da ES estão fortemente presentes através de ações transversais .

Embora a formação do grupo Beijuzeiras da Tapera constitua uma avanço para a comunidade, bem como a sua capacidade de auto-organização através da Associação dos Produtores Rurais e as características socioculturais deste território quilombola, muitos outros desafios precisam ser enfrentados no processo de fortalecimento da comunidade para a condução do seu desenvolvimento.

A seguir, analisamos alguns dos desafios para o fortalecimento da auto-organização na Tapera Melão e apresentamos proposições/recomendações de ações futuras.

#### **b) O desafio do acesso ao aprendizado promovido pelas incubadoras universitárias**

Os pesquisadores da área de Economia Solidária e Desenvolvimento Territorial são unânimes em afirmar que a prática da ES exige um novo aprendizado e este novo aprendizado está diretamente ligado a uma educação que privilegia o seu caráter participativo, contestatório, alternativo, e alterativo (GADOTTI, 2009). Desta forma, as Incubadoras Tecnológicas de cooperativas populares (ITCPs) cumpre um papel importantíssimo na medida em que se propõem a colocar o potencial da universidade à disposição dos empreendimentos e ao mesmo tempo construir conjuntamente conhecimento útil a este campo prático que é a Economia Solidária.

As Incubadoras universitárias fazem parte de um conjunto de organizações que no campo da Economia Solidária são chamadas de Entidades de Apoio e Fomento a Economia Solidária ( EAF ). Dentre as EAF merecem destaque também as ONGs, as Pastorais Sociais, as entidades sindicais, todas organizações que atuam como assessoria, capacitação e fomento á ES. Neste trabalho analisamos separadamente a atuação das Incubadoras Universitárias apenas por opção metodológica , embora uma análise mais detida sobre as EAF dar-se-á em seguida.

Estima-se que há hoje no Brasil, mais de 100 incubadoras organizadas em duas redes: a Unitrabalho e a Rede Universitária de ITCPs. Os números em relação às duas redes são de 41 incubadoras de Rede de ITCPs e 92 IES na Unitrabalho, das quais 47 têm incubadoras, segundo Silva et. al. (2009), este número, no entanto, é difícil de ser precisado.

Para ilustrar a importância das incubadoras universitárias para o desenvolvimento da E.S ressaltamos o caso da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal da Bahia por conta da sua atuação original e sui generis com grupos e territórios empobrecidos, como é o caso da comunidade quilombola da Tapera Melão, e pelo vínculo como estudante da Universidade Federal da Bahia. Ademais, foi possível participar de uma das atividades do ITES, o Projeto ECOSOL-EJA<sup>22</sup>, durante os meses de julho a novembro/2012 o que proporcionou uma aproximação com a sua metodologia e a sua forma de conceber os territórios.

A ITES está inserida na Escola de Administração, é vinculada a Pró Reitoria de Extensão da UFBA e conta hoje com uma estrutura formada por: um coordenador geral, quatro professores, treze técnicos e quatro estagiários.

Segundo Coelho (2010) a construção da proposta de intervenção da ITES é resultado do acúmulo de estudos e experiências sobre o tema da Economia Solidária desenvolvidos pelo professor Genauto França Filho e por grupos de estudantes que desde 2002 integravam o BANSOL e disciplinas curriculares (ACC) dedicadas à reflexão teórica e experimentação prática da temática. Nas palavras do professor Genauto

Historicamente, a Universidade esteve voltada para o mercado e suas demandas e hoje deve voltar-se para outros seguimentos que não o mercado. A ITES tem cumprido, nesse aspecto, seu papel. Tem estado nas comunidades onde as necessidades são muito grandes e acabamos por trabalhar com público com vários déficits.

(FRANÇA FILHO, 2010 apud COELHO, 2010)

Quando usa a expressão “públicos com vários déficits”, França Filho refere-se à experiências da ITES em projetos com comunidades com alto grau de vulnerabilidade social a exemplo da comunidade de Santa Luzia, no município baiano de Simões Filho, situado na região metropolitana de Salvador. Trata-se de uma comunidade que abriga cerca de 100 famílias e, aproximadamente, 500 indivíduos, com uma população, em sua grande maioria, com baixa renda e que encontra dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Nesta comunidade a ITES, atendendo a uma demanda encomendada pela Petrobras devido à assinatura de um termo de Ajustamento de Conduta (TAC) impetrado pelo Ministério Público de Simões Filho

<sup>22</sup> prática de cooperação, solidariedade e sustentabilidade como forma de potencializar os efeitos econômicos e sociais das escolas de EJA nos territórios onde estão inseridos a partir do seu próprio currículo (ITES, 2010).

contra a empresa, em razão da descoberta de um pequeno vazamento de óleo no bairro, investiu esforços na estruturação, planejamento e implantação de uma rede de empreendimento a ser constituída para a geração de trabalho e renda alicerçada na Economia Solidária. Conforme aponta Coelho ( 2010) “ a proposta de incubação da ITES é feita a partir de uma relação de dialogismo e de interação entre atores da universidade (professores, técnicos e estudantes) e sujeitos sociais de contextos territoriais específicos (moradores, profissionais, lideranças comunitárias, representantes de poderes públicos e outras instituições locais) ”.

A Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Desenvolvimento Territorial enquanto metodologia na área de ES e DL, desenvolve tecnologia social para a criação de trabalho, de atividade econômica e para a promoção do desenvolvimento integrado de territórios caracterizados por alto grau de vulnerabilidade e exclusão social. Desta forma e explicitada pelo seu coordenador Prof<sup>o</sup>. Genauto França Filho (apud COELHO, 2010 ) , não se trata da mera transmissão de conhecimento e prestação de serviços comuns a outras práticas de extensão universitária, mas de um processo amplo de dialogismo em que aponta-se alternativas e caminhos para um outro tipo de desenvolvimento e outro modo de funcionamento econômico.

Para a ITES o Desenvolvimento Local deve ser endógeno, buscando-se as soluções na própria comunidade através do apoio que a incubadora presta no processo de auto-organização e reorganização das economias locais e na criação de gestão pela comunidade de Empreendimentos de Economia Solidária (EES) que formam a rede local. Nas palavras de França Filho (2010, apud COELHO 2010 ) o Desenvolvimento Local no ITES está pensado como:

[...] um conceito de desenvolvimento mais endógeno, que articula a dimensão desenvolvimento setorial de um território à ideia de uma outra organização econômica, onde a sustentabilidade é vista a partir da transversalidade na ação e na articulação das múltiplas dimensões (sociais, políticas, econômicas, etc.). A grande utopia e ideal da incubadora é imaginar um território que funda o seu desenvolvimento numa lógica de organização econômica, tentando construir mecanismos de desenvolvimento territorial onde a dimensão mercantil não ocupe a centralidade, ela existe, mas não é primordial. A proposta passa pela ideia de economia plural. Aqui reside a diferença e a base de um processo de transformações duradouro e de longo prazo, pois um sistema só muda transformando o modo de viver, de trabalhar, de produzir e fazendo conviver esses modos com outros modos diferentes, criando mecanismos institucionais, quadros legais, etc. que permitam que um sistema não engula ou su-

bordine o outro, reconhecendo e valorizando modos diferentes de fazer. (Entrevista de Genauto, Dia 26/04/10)

Como foi dito no capítulo 02 esta é uma perspectiva de Desenvolvimento Local que está intrinsecamente relacionado aos anseios dos moradores da Tapera Melão, posição que se revela nos depoimentos descritos abaixo:

Gostaria de mostrar meu trabalho, meu sustento, de onde eu sustento minha família. Este cantinho de beiju significa minha vida; Agora o produto está sendo valorizado. Hoje a produção do beiju é organizada. Antes todo mundo metia a mão no beiju, na cuia. Hoje é tudo embalado, feito com luva, touca, na maior higiene. É muito importante a compra do beiju pela escola porque a gente tem um dinheiro extra. (depoimento da moradora Lúcia I. dos santos, 57 anos, Beijuzeira)

A fala da moradora revela um aspecto fortemente valorizado pela concepção de Desenvolvimento Local vivenciado pela ITES: A valorização das soluções endógenas como alternativa para geração de renda na comunidade. Quando a moradora enfatiza que: “hoje a produção do beiju é organizada”, revela um outro aspecto também presente na concepção de DL da ITES que é a capacidade de auto-organização da comunidade que evidentemente necessita ser aprimorado, visto que, conforme foi explicitado há um esforço da Associação Comunitária da Tapera Melão em realizar parcerias com entidades governamentais, a exemplo da EBDA, o que garantiu um trabalho de oficinas sobre associativismo para moradores da comunidade, o que levou a criação do grupo Beijuzeiras da Tapera.

O depoimento da jovem transcrito abaixo, evidencia o que Bonfim (2010) fala sobre “transformar espaços em lugares e dotá-los de um valor”, despertando assim o desejo de ver uma transformação para melhor, a superação dos problemas o que, ao nosso ver é condição fundamental para que a comunidade passe da simples constatação dos seus problemas para a formulação de propostas e conseqüentemente , para a ação.

Gostaria que me fotografasse porque eu represento a comunidade e participo do grupo “As Pastorinhas”. As pastorinhas é um grupo muito legal. É muito importante participar do grupo para manter a cultura da comunidade. (DEPOIMENTO DE LARISSA FONSECA DE MOURA, 15 ANOS, ESTUDANTE)

### c) O desafio da articulação para a construção de Rede local de Economia Solidária

A metodologia de incubação de redes locais de Economia Solidária distingue-se da tradicional incubação de cooperativas populares, na medida em que uma “associação ou articulação de vários empreendimentos e/ou iniciativas de ES com vistas a constituição de um circuito próprio de relações econômicas e intercâmbio de experiências e saberes formativos.” (FRANÇA FILHO, 2009). Dessa forma, em tese, supera-se a limitação do caráter pontual da incubação de empreendimentos individuais e confere ao processo uma importância muito maior, que acaba por ultrapassar os limites do grupo que compõe a organização chegando ao território no qual a iniciativa fora gerada.

Segundo Cruz (2003) a construção de Redes de Economia Solidária implica projetos complexos porque seus resultados, econômicos e sociais tendem a impulsionar vivamente a ação dos atores, mas por outro lado os desafios normalmente presentes na constituição de empreendimentos simples de ES se potencializam também.

Para Mance (2003, pp. 220-221)

Considerando-se o seu aspecto econômico, trata-se de uma estratégia para conectar empreendimentos solidários de produção, comercialização, financiamento, consumidores e outras organizações populares (associações, sindicatos, ONGs etc) em um movimento de realimentação e crescimento conjunto, autossustentável, antagônico ao capitalismo. (...)

O objetivo básico dessas redes é remontar de maneira solidária e ecológica as cadeias produtivas: (a) produzindo nas redes tudo o que elas ainda consomem no mercado capitalista: produtos finais, insumos, serviços etc.; (b) corrigindo fluxos de valores, evitando realimentar a produção capitalista (...); (c) gerando novos postos de trabalho e distribuindo renda, com a organização de novos empreendimentos econômicos para satisfazer as demandas das próprias redes; (d) garantindo as condições econômicas para o exercício das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas (...)

As propriedades básicas dessas redes são autopoiese, intensividade, extensividade, diversidade, integralidade, realimentação, fluxo de informação, fluxo de matérias e agregação. A gestão de uma rede solidária deve ser necessariamente democrática, pois a participação dos membros é inteiramente livre, respeitando-se os contratos firmados entre seus membros. Entre suas características estão: descentralização, gestão participativa, coordenação e regionalização, que visam assegurar a autodeterminação e autogestão de cada organização e da rede como um todo.

Com base nas evidências demonstradas neste trabalho, a construção de redes de ES na comunidade da Tapera Melão, profundamente articulada com a atividade socioeconômica predominante que é a agricultura apresenta-se como uma possibilidade de ação, com vistas ao fortalecimento da auto-organização dos quilombolas da Tapera. Seus aspectos socioculturais, sociopolíticos, socioambientais mostram-se fortemente imbricados com as noções de Rede de

ES notadamente, á capacidade que estas tem de desenvolvimento das diversas potencialidade do território.

Neste processo, fortalecer a entidade local de representação política dos quilombolas da Tapera, que é a associação dos produtores rurais é fundamental, pois o espaço da mesma deve ser o espaço do aprendizado e do exercício de democracia local.

Para a constituição de uma Rede de Economia Solidária na comunidade da Tapera Melão, o primeiro passo a seguir pode ser o sugerido por França Filho (2009) ao narrar o processo de implementação do Projeto Eco-Luzia na comunidade de Santa Luzia no município de Simões Filho, região metropolitana de Salvador, a partir do ano de 2005.

Segundo ele, ao descrever a experiência, em primeiro lugar foi necessário:

Um trabalho de mobilização comunitária, na perspectiva da afirmação da cidadania e de formação de rede local de economia solidária. Neste momento inicial do projeto, três ações principais tiveram destaque: 1) a construção coletiva do primeiro seminário para a apresentação do projeto e planejamento com a comunidade do seu processo de desenvolvimento local participativo; 2) as atividades de formação em economia solidária, por meio de cursos de sensibilização para o tem; e 3) a pesquisa sobre a memória histórico-cultural da comunidade, em que se resgatou a história do local, a partir dos seus próprios moradores, bem como as suas manifestações de valorização da identidade do morador com o seu local. (FRANÇA FILHO, 2009)

A partir da a experiência do Projeto Eco-Luzia no município de Simões Filho, vemos que o envolvimento dos próprios moradores na gestão do processo é fundamental. Dado ao forte envolvimento dos quilombolas da Tapera nas atividades sugeridas pela Associação e na discussão e resolução dos seus problemas, consideramos este como um grande avanço da própria comunidade para a condução do seu desenvolvimento.

#### **d) O desafio de uma articulação maior com entidades sociais e de fomento à Economia Solidária.**

As Entidades de Apoio e Fomento à Economia Solidária “são aquelas organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos econômicos solidários, tais como: assessoria, capacitação, incubação, assistência técnica e organizativa e acompanhamento” (SENAES, 2006). São entidades extremamente importantes para o fortalecimento da Economia Solidária em um território e que atuam paralelamente com o Estado.

Ao analisarmos a trajetória dessas organizações que atuam no campo social, vemos que no Brasil, a partir da metade final da década de 70, e durante todos os anos 80 e 90, houve uma intensa discussão sobre a (re) significação do papel do Estado, que oscilou entre a formulação de políticas universais para proteção social e a drástica redução de investimentos em políticas sociais. A doutrina imposta pelo neoliberalismo político e econômico, em prol da livre concorrência e da auto regulação do mercado, remeteu o Estado à redução de suas funções e este tem promovido suas políticas públicas através da descentralização, privatização e publicização de seus serviços, segundo Medeiros (2012). É o que pode ser comprovado com os dados que mostram que no Brasil, entre 1975 e 1985, houve um aumento de 1.400% de assistência ao desenvolvimento encabeçado por organizações que atuam no campo social (SOUSA SANTOS, 1998). Ou seja, temos um novo desenho produzido com a configuração dos novos papéis assumidos pelas organizações que atuam no campo social, estas agora como elaboradoras de projetos de desenvolvimento local.

No que se refere às entidades e redes nacionais de fomento e apoio à economia solidária é importante destacar que a maior parte foi formada a partir dos anos 1990, embora muitas dessas entidades nacionais já existam há mais tempo, atuando em outros projetos de mobilização social, educação e geração de trabalho e renda e só mais recentemente começaram a desenvolver projetos específicos na área de economia solidária.

### **QUADRO 03 – Perfil e ano de criação das principais entidades e redes nacionais de economia solidária**

<b>NOME</b>	<b>PERFIL</b>	<b>ANO DE CRIAÇÃO</b>
Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT)	Entidade de assistência e fomento, ligada a central sindical.	1999
Associação Brasileira dos Dirigentes de Entidades Gestoras e Operadoras de Microcrédito, Crédito Popular Solidário e Entidades Similares (ABICRED)	Entidade representativa de instituições de microcrédito e finanças solidárias	2002
Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Auto-Gestão (ANTEAG)	Entidade de representação / assessoria de empresas autogeridas	1994
Cáritas Brasileira (vinculada à Confederação Nacional de Bispos do Brasil)	Entidade religiosa. Atua junto à ES desde anos 1980.	1956
Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FA SE)	Organização não-governamental. Atua junto à ES desde anos 1990.	1961
Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas ( IBASE)	Organização não-governamental.	1981

	Atua junto à ES desde 2000.	
Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS)	Organização não-governamental. Atua junto à ES desde 2000.	1986
Confederação Nacional das Cooperativas da Reforma Agrária Brasileira (CON-CRAB/MST)	Central de cooperativas agrícolas, ligada a movimento social rural	1992
Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas da Economia Solidária	Rede de gestores públicos municipais e estaduais	2003
Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária	Rede de indivíduos e entidades	2000
Rede UNITRABALHO	Rede universitária. Atua junto à ES desde 2000.	1996
Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs)	Rede universitária.	1999
União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil (UNISOL Brasil)	Central de EES, ligada ao movimento sindical	2004

ELABORAÇÃO: CUNHA, 2007

Em nível governamental, foi criada em 2003 a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) órgão responsável pela elaboração e implementação de ações para o fortalecimento da Economia Solidária no Brasil.

Para Cunha (2007) a SENAES e as políticas públicas por ela empreendidas para além de fomentar alternativas de democratização da gestão produtiva e de riqueza, frente aos desafios impostos pelas transformações no mundo do trabalho, também se destaca por sua potencial contribuição para a politização da sociedade civil, a democratização do Estado e sociedade. Segundo documento oficial em que faz-se um balanço da trajetória da SENAES.

A SENAES faz parte da história de mobilização e articulação política de diversos sujeitos e organizações que fomentam e participam de iniciativas de ES enquanto estratégia de enfrentamento à exclusão e à preconceição do trabalho, a partir das formas coletivas de geração de trabalho e renda, e articulada aos processos democráticos e sustentáveis do desenvolvimento. A organização política da ES expressa uma parte desse movimento de redemocratização política, quando os movimentos sociais ampliam suas capacidades organizativas, reivindicatórias e propositivas, na constituição de fóruns e redes, que ganharam impulso no final da década de 90 e se consolidaram na primeira década do século XXI, com a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e a conquista de um espaço institucional de coordenação de políticas públicas de ES no Brasil (SENAES, 2010)

O próprio documento informa que desde a sua criação em 2003, a SENAES buscou desenvolver políticas públicas orientadas por estratégias de articulação política que possibilitassem fortalecer e consolidar a ES no país. Essas estratégias são: o Fortalecimento Institucio-

nal da ES, a inserção da ES nas iniciativas de desenvolvimento local e territorial e o apoio à organização econômica e solidária.

Toda esta análise nos mostra que tanto no âmbito da sociedade civil quanto no que se refere as instituições governamentais, é possível obter o apoio para projetos de desenvolvimento, tendo como plataforma a ES. A partir daí, surge o questionamento:

Porque a comunidade quilombola da Tapera Melão não consegue acessar essas entidades governamentais e da sociedade civil para apoiarem o seu desenvolvimento local?

Uma das respostas para esta indagação, foi apontada anteriormente pelo presidente da associação de produtores rurais da comunidade quilombola da Tapera Melão e está relacionada a capacitação dos moradores para a elaboração e gestão de seus projetos. Segundo ele:

Nós não temos aqui na comunidade quem elabore os projetos e a gente depende o tempo todo de uma pessoa da prefeitura para fazer isso. Tem muito jovem aqui que participa da associação, mas eles também não sabem fazer. Essas coisas não dependem só da boa vontade e de ter ideia boa. Tem a burocracia... tem que ser como eles querem. (DEPOIMENTO EM 13/07/2013)

O problema da inexistência dentro da comunidade de pessoas capacitadas para a elaboração e gestão de projetos está intimamente ligado à baixa escolarização dos quilombolas da Tapera Melão, pode ser evidenciada pela existência, na comunidade de apenas uma escola, que atende apenas as crianças de Ensino Fundamental I, obrigando os demais quilombolas a se deslocarem para outras comunidades como para a Fazenda Trindade, distante cinco quilômetros, ou até mesmo para a sede do município para continuarem seus estudos.

Com relação a Educação de Jovens, Adultos e Idosos, também não há na comunidade um incentivo por parte do poder municipal para que os jovens, adultos e idosos foquem o seu processo de escolarização, embora na Escola Municipal Zezé Martins existam, no turno noturno duas salas ociosas. Esta realidade da Educação nas comunidades quilombolas, é algo que já foi percebido pelo Estado, haja vista que no documento intitulado Diagnóstico do Programa Brasil Quilombola, publicado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, encontramos a seguinte informação:

Relatórios de pesquisas, relatos de lideranças e de servidores de órgãos que trabalham nas comunidades quilombolas mostram que a garantia de acesso à educação básica de qualidade, nas referidas comunidades, é um desafio para os sistemas públicos de ensino. Um elevado número de crianças quilombolas de 4 a 7 anos nunca frequentaram os bancos escolares, as unidades educacionais estão longe das residências, os meios de transportes são insuficientes e as condições de infraestrutura precárias.

ria. Geralmente as escolas são construídas de palha ou de pau a pique, poucas possuem água potável e as instalações inadequadas. O currículo escolar está longe da realidade desses meninos e meninas, que raramente identificam sua história, sua cultura e as particularidades de sua vida nos programas de aula e nos materiais pedagógicos. Os professores não são formados adequadamente e em número suficiente para atender à demanda.

Conforme apontado, o contexto educacional nas comunidades quilombolas não contribui para a construção das condições necessárias para o desenvolvimento das mesmas, muito menos para que este ocorra de forma sustentável e solidária.

A constatação de que a realidade educacional na comunidade quilombola Tapera Meião não contribua para a construção do desenvolvimento sustentável e solidário da mesma, remete-nos a uma outra que consideramos como uma consequência da primeira: a forte dependência de agentes externos à comunidade o que poderia ser resolvido com capacitações para os jovens da comunidade para que eles mesmos assumam o papel de elaboradores e gestores dos projetos na comunidade e possam atuar com mais eficiência e segurança. Estas capacitações podem, portanto, ser oferecidas através das parcerias com as incubadoras universitárias ou com a organização sociais. Dessa forma, recomendamos que os membros da associação sejam capacitados através de incubadoras universitárias ou das organizações onde sejam trabalhados conteúdos como planejamento, elaboração e gestão de projetos, Economia Solidária, Políticas Públicas e outros temas, e assim consiga formar dentro da própria comunidade de pessoas pra conduzir os projetos e a própria associação, qualificando a atuação da mesma.

As propostas de capacitação dos membros da associação podem também contribuir para solucionar um outro problema que é o da falta de recursos financeiros para atender as demandas da comunidade pois assim os quilombolas podem aprender a captar recursos junto à empresas, organizações públicas e privadas.

Recomendamos que a associação da Tapera busque construir redes com as outras associações na perspectiva de intercambiar conhecimentos, experiências e assim, fortalecer o seu trabalho e das outras organizações que atuam na perspectiva do Desenvolvimento Local.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os quilombos e novas etnias**. Revista Palmares. Brasília, v. 5, p. 163 – 192, 2000.

\_\_\_\_\_. **Terras de preto, terras de Santos, terras de índio: uso comum e conflito**. In: MARIN, Rosa Azevedo (Org.). *Diversidade do campesinato: expressões e categoria*. São Paulo: UNESP, 2009, p. 39 – 66.

BRASIL, Constituição (1993). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1998.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário/INCRA. **O INCRA e os desafios para a regularização dos territórios quilombolas**. Brasília-DF, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e combate a fome. **Políticas sociais e chamada nutricional quilombola: estudos sobre condições de vida nas comunidades e situação nutricional das crianças**. Brasília-DF, 2005.

BRASIL, Ministério do Trabalho E Emprego. Portaria nº 374, de 21 de março de 2004. Instituiu o Cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários – Cadsol. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 de Março de 2004.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Programa Brasil Quilombo**. Brasília, 2004.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Programa Brasil Quilombo: Diagnóstico de Ações Realizadas**. Brasília-DF, 2012.

CANDIDO, Antonio. **As formas de solidariedade**. In: WANDERLEY, Maria de Nazareth (Org.). *Camponeses brasileiros: Leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: UNESP 2009.

CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis (Org.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina Brasil, 2009.

COELHO, Hugo. **Para uma Universidade Socialmente Responsável – A extensão Universitária como motor de Desenvolvimento Local**. 2010. 114f. Tese de Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais. Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2010.

CRUZ, Antonio. **A construção do conceito de economia solidária no Cone Sul**. NESIC – Núcleo de economia solidária e incubação de cooperativas. 2007. Disponível em: <antares.ucpel.tche.br/nestic/publicações.antonio.php>. Acesso em 27 out.2013.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. **Outras políticas para outras economias – Contextos e Redes na Construção de Ações do Governo Federal voltadas à Economia Solidária**. 2012. 472f. Tese Doutorado em Sociologia Universidade de Brasília, 2012.

FRAGA FILHO, Walter; ALBUQUERQUE, Walquíria. **História do negro no Brasil**. Brasília-DF: Fundação Cultural Palmares, 2006.

FRANÇA FILHO. Genauto Carvalho de; DZIMIRA, Sylvain. **Economia Solidária e Dádiva**. Organizações & Sociedade, Salvador, v. 6, nº 14, janeiro/abril, 1999.

\_\_\_\_\_. **A Via Sustentável Solidária no Desenvolvimento Local**. Organizações & Sociedade. Salvador, v. 15, nº 45, p. 219 – 232, Abril/Junho, 2008. 80

\_\_\_\_\_. CUNHA, Eduardo Vivian da. **Incubação de Redes Locais de Economia Solidária: Lições e aprendizados a partir da experiência do Projeto Eco-Luzia e da Metodologia da ITES/UFBA**. Organizações & Sociedade. Salvador, v. 16, nº 51, p. 725 – 747, Outubro/Dezembro, 2009.

\_\_\_\_\_. **Teoria e Prática em Economia Solidária: problemática, desafios e vocação**. Civitas. Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 155 – 174, janeiro/junho, 2007.

\_\_\_\_\_. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular – Traçando Fronteiras Conceituais. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, V.12, M. 1, p 9-19, junho 2002.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GADOTTI, Moacir. **Economia Solidária como práxis pedagógica**. Ed. Paulo Freire. 1 Ed., 2009.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**. Salvador, nº 39, p. 181 – 211, jul./dez., 2003.

GOMES, F. S. E Ainda sobre os quilombos: repensando a construção de símbolos de identidade étnica no Brasil. In: REIS, E. ET alli (orgs). **Política e Cultura** – visões do passado e perspectivas contemporâneas. São Paulo: Hucitec/ANPOCS, 1996.

HENRIQUES, Flávio Chedid (Org.). **A Economia Solidária na América Latina: realidades nacionais e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Pró-Reitoria de Extensão, UFRJ, 2012.

INCUBADORA TECNOLÓGICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL – ITES – PROJETO ECOSOL – EJA. Salvador: UFBA, 2010.

LANNA, Marcos. **Nota sobre Marcel Mauss e o Ensaio sobre a Dádiva**. Revista Sociologia Política. Curitiba, vol. 14, p. 173 – 194, junho/2000.

MANCE, Euclides. **Redes de colaboração solidária**. In: CATTANI, Antonio D. ( Org. ). A outra economia. Porto Alegre : Veraz, 2003.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MEDEIROS, Alzira; SCHIOCHET, Valmor (orgs). **Políticas públicas em economia solidária- reflexões da rede de gestores de políticas públicas de economia solidária**. Recife: Centro de Estudos e Pesquisa Josué de Castro, Ed. Universitária da UFPE, 2008.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Brasília, 2013. Base de Dados do SIES 2010 – 2013.

MINTER. **Plano Integrado para o combate preventivo aos efeitos da seca no Nordeste.** Série Desenvolvimento Regional. Nº 1, Brasília, 1973.

RIBEIRO, Maria Teresa Franco. **Gestão de Território e Desenvolvimento:** um convite à reflexão e ao exercício do diálogo entre saberes. In: Encontro da ANPAD, XXI, Rio de Janeiro, 2007.

SABOURIN, Eric. **A Ajuda mútua rural, entre intercâmbio e reciprocidade.** In: Encontro da Rede de Estudos Rurais. 1. ed. Niterói-RJ, 2006.

\_\_\_\_\_. **Práticas de reciprocidade e economia da dívida em comunidades rurais do Nordeste Brasileiro.** Raízes, vol. 20, 2001. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/raizes/volumes.php?Rg=11>. Acesso em 27 out. 2013.

SANTOS, Jucélia Bispo dos. **Colonização do Sertão da Bahia e Formação dos Quilombos de Irará.** Revista África e Africanidades, ano 2, nº 7, novembro/2009.

\_\_\_\_\_. **Etnicidade e memória entre quilombola em Irará-BA.** 2008. 222f. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal da Bahia, 2008.

SANTOS, Milton. **Território e Sociedade:** entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 20. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. **A atualização do conceito de quilombo.** Identidade e território nas definições teóricas. Ambiente & Sociedade, Ano V, nº. 10, 2002.

SEN, Anartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SOUZA, Bárbara Oliveira. **Movimento Quilombola:** Reflexões sobre seus aspectos políticos-organizativos e identitários. In: Reunião Brasileira de Antropologia. 26. ed. Porto Seguro-BA.

SOUZA SANTOS, Boaventura (Org.). **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. **O Fórum Social Mundial – Manual de uso.** São Paulo: Cortez Editora, 2005.

SANTOS, Janeide. **A territorialidade dos quilombolas de Irará (BA) – Olaria, Tapera e Crioulo**. 2008. 220f. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

## ANEXOS A

Entrevista semi-estruturada com um dos fundadores da Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Quilombola da Tapera Melão:

- 1- Nome completo, idade , profissão ?
- 2- Relembre um pouco o processo de fundação da associação ?
- 3- Houve alguma instituição que estimulou este processo ?
- 4- Como ele ocorreu ?
- 5- Como você julga a atuação da EBDA no processo de estímulo ao associativismo que resultou na fundação da associação ?
- 6- Você acha que as pessoas da comunidade compreendem o sentido do associativismo e da ação coletiva ?
- 7- No período em que você esteve a frente da associação, quais você julga como principais conquistas para a comunidade ?
- 8- Quais foram os maiores desafios ? E como vocês lidavam com eles ?
- 9- Como eram o relacionamento com a classe política do município ?
- 10- E com as demais instituições públicas e privadas ?
- 11- Há quanto tempo está afastado da associação ? O que o fez afastar-se da associação ?
- 12- Na sua opinião , hoje quais são os grandes desafios da associação enquanto representação legítima da comunidade da Tapera ?

## ANEXO B

Entrevista semi-estruturada com o presidente da Associação dos Produtores rurais da Comunidade quilombola da Tapera Melão:

- 1 – Nome completo / Idade / Estado civil / Profissão
- 2 – Onde nasceu?
- 3 – Desde quando é presidente da Associação dos Produtores Rurais da Comunidade quilombola da Tapera Melão?
- 4 – O que o motivou a candidatar-se à presidência da associação?
- 5 – Resumidamente, quais são as suas principais tarefas como presidente da associação?
- 6 – Durante estes anos da sua gestão, quais tem sido as maiores dificuldades encontradas pela associação?
- 7 – E em relação às conquistas, quais você destaca?
- 8 – Na sua avaliação, quais são as maiores necessidades da comunidade quilombola da Tapera Melão?
- 9 – Como é o relacionamento da associação com o Poder Público nas três esferas?
- 10 – Quais os assuntos estão hoje na agenda de discussões dentro da associação?